MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CONSUP/IFFAR Nº 50 / 2026 - CONSUP (11.01.01.44.16.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santa Maria-RS, 28 de outubro de 2026.

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC - 2026-2029 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, nomeada pelo Decreto Presidencial de 29 de janeiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2021, e reconduzida pelo Decreto Presidencial de 30 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2025, em conformidade com o art. 9º do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, inciso X, da Resolução Consup n.º 4, de 3 de abril de 2023 (Regulamento do Conselho Superior), e de acordo com os autos do Processo Eletrônico n.º 23873.003402/2026-30, aprovado pela Câmara Especializada de Administração, Desenvolvimento Institucional e Normas - Cadin, por meio do Parecer Cadin n.º 20/2026, na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Superior - Consup, realizada em 20 de outubro de 2026, resolve:

Art. 1º Fica aprovado, nos termos e na forma constantes do anexo, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC - 2026-2029 do IFFar.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

(Assinado digitalmente em 29/10/2026 11:26)
NIDIA HERINGER
REITOR(A) - TITULAR

Processo Associado: 23873.003402/2026-30

Para verificar a autenticidade deste documento entre em **https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **50**, ano: **2026**, tipo: **RESOLUÇÃO CONSUP/IFFAR**, data de emissão: **28/10/2026** e o código de verificação: **53df5df7b4**

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PDTIC

2026–2029

INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CHEFIA DE GABINETE DO(A) REITOR(A)

PORTARIA ELETRÔNICA Nº 2008 / 2025 - GRE (11.01.01.44.01)

Nº do Protocolo: 23873.007388/2025-62

Santa Maria-RS, 02 de dezembro de 2025.

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, nomeada pelo Decreto Presidencial de 29 de janeiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2021, e reconduzida pelo Decreto Presidencial de 30 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2025, no uso da atribuição que lhe confere o art. 13 da Resolução Consup nº 186, de 28 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Constitui a Comissão para a Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2026 - 2029 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, designando para sua composição os seguintes membros:

I - Norton Jerzewski Noro - matrícula Siape nº 2488232 - Presidente - Diretoria de Tecnologia da Informação - Reitoria;

II - Aliane Loureiro Krassmann - matrícula Siape nº 1874400 - Diretoria de Tecnologia da Informação - Reitoria;

III - Edson Uilham de Castro Araújo - matrícula Siape nº 2768958 - Diretoria de Tecnologia da Informação - Reitoria;

IV - Eleandro Soares Rodrigues - matrícula Siape nº 1612365 - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - *Campus* São Vicente do Sul;

V - Gláucio Ricardo Vivian - matrícula Siape nº 1680246 - Coordenação de Tecnologia da Informação - *Campus* Frederico Westphalen;

VI - João Pedro Pereira dos Santos - matrícula Siape nº 1680246 - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - Reitoria;

VII - Juliano Rossato da Silva - matrícula Siape nº 2230149 - Diretoria de Tecnologia da Informação - Reitoria;

VIII - Karina Wiechork - matrícula Siape nº 1153089 - Diretoria de Tecnologia da Informação - Reitoria;

IX - Rafael Ancinelo Adolpho - matrícula Siape nº 1607179 - Coordenação de Tecnologia da Informação - *Campus* São Vicente do Sul;

X - Rodrigo Thomas - matrícula Siape nº 2137261 - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - *Campus* Santo Ângelo.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos desta comissão é de 6 (seis) meses.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

(Assinado digitalmente em 02/12/2025 16:03)
NIDIA HERINGER
REITOR(A)

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp informando seu número:

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Versão	Data	Descrição da Alteração	Responsável
0.1	15/06/2026	Criação da minuta do PDTIC 2026-2029 do Instituto Federal Farroupilha.	EqEPDTIC 2026-2029
0.2	26/06/2026	Aprovação da minuta do PDTIC 2026-2029 pelo Comitê Assessor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Instituto Federal Farroupilha.	Cadip CGTI
0.3	01/07/2026	Aprovação do PDTIC 2026-2029 do IFFar pelo Colégio de Dirigentes do Instituto Federal Farroupilha e encaminhamento para o Consup.	Codir
1.0	20/10/2026	Aprovação do PDTIC 2026-2029 pelo Conselho Superior do Instituto Federal Farroupilha.	Consup

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 09
1. INTRODUÇÃO 111
2. METODOLOGIA 122
2.1 Ciclo de Vida do PDTIC 122
2.2 Macroprocesso de Elaboração 122
2.3 Subprocesso de Preparação 133
2.4 Subprocesso de Diagnóstico 133
2.5 Subprocesso de Planejamento 133
2.6 Macroprocesso de Acompanhamento 144
3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA 144
4. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES 166
5. PLANO DE TRABALHO 19
6. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E LIÇÕES APRENDIDAS DO PDTIC 2023-2025 200
6.1 Avaliação da Execução do PDTIC 2023-2025 200
6.2 Principais Resultados Alcançados 211
6.3 Principais Desafios Identificados 22
6.4 Lições Aprendidas 23
6.5 Contribuições para o PDTIC 2026-2029 24
7. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E INSTITUCIONAL 25
7.1 Missão da Tecnologia da Informação e Comunicação 25
7.2 Visão da Tecnologia da Informação e Comunicação 25
7.3 Valores da Tecnologia da Informação e Comunicação 25
7.4 Planejamento Institucional – PDI 2019-2026 26
7.5 Objetivos Estratégicos de TIC do PDTIC 2026-2029 26
7.6 Estratégia Federal de Governo Digital 28
7.7 Políticas Institucionais de Tecnologia da Informação e Comunicação 29
8. ORGANIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 30
8.1 Estrutura Organizacional da Tecnologia da Informação e Comunicação 30
8.2 Diretoria de Tecnologia da Informação da Reitoria 30
8.3 Coordenadorias de Tecnologia da Informação dos campi 31
8.4 Instâncias de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação 32
8.5 Processos de Tecnologia da Informação e Comunicação 33
8.6 Inventário de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação 34

8.7 Estratégia de Sustentação e Provimento da Infraestrutura Computacional 36

9. ANÁLISE SWOT DA TIC DO IFFAR 37

10. CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 38

11. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES 41

11.1 Plano de Levantamento das Necessidades 421

11.2 Identificação das Necessidades de TIC 422

11.3 Critérios de Priorização 44

11.4 Inventário de Necessidades Consolidado 45

11.5 Alinhamento das Necessidades de TIC às Estratégias da Organização 47

11.6 Aprovação do Inventário de Necessidades 47

12. PLANO DE METAS E AÇÕES 48

13. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS 54

13.1 Composição da Força de Trabalho de TIC 544

13.2 Competências Institucionais de TIC 566

13.3 Compartilhamento de Recursos e Cooperação Institucional 58

13.4 Necessidade de Apoio Especializado 58

13.5 Planejamento de Capacitação e Desenvolvimento 58

13.6 Avaliação da Adequação entre Capacidade e Metas 59

14. PLANO ORÇAMENTÁRIO 60

14.1 Consolidação Orçamentária das Metas e Ações 62

14.2 Consolidação por Natureza da Despesa 622

14.3 Projeção Orçamentária por Exercício 633

14.4 Compatibilidade Orçamentária 643

14.5 Rastreabilidade das Necessidades, Soluções e Recursos Orçamentários 644

15. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO 655

15.1 Identificação dos Fatores Críticos de Sucesso 655

15.2 Análise dos Fatores Críticos de Sucesso 666

16. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS 677

16.1 Metodologia de Gestão de Riscos 677

16.2 Critérios para Tratamento dos Riscos 69

16.3 Identificação e Análise dos Riscos 69

16.4 Tratamento e Monitoramento dos Riscos 733

17. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC 2026-2029 744

17.1 Monitoramento e Acompanhamento 744

17.2 Revisões do PDTIC 2026-2029 744
17.3 Competências e Responsabilidades 755
17.4 Aprovação, Publicidade e Transparência 766
18. CONCLUSÃO 777
ANEXO I – Plano de Trabalho 78
ANEXO II – Formulário de Levantamento de Necessidades 844
ANEXO III – Matriz de Rastreabilidade Orçamentária entre Necessidades, Soluções de TIC, Metas, Contratações e Investimentos Previstos 866
ANEXO IV – Ata da Reunião do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação que aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2026-2029 88
ANEXO V – Parecer CODIR/IFFAR nº 15/2026 – Aprovação do PDTIC 2026–2029 90

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

APF	Administração Pública Federal
Cadip	Comitê Assessor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
CFTV	Circuito Fechado de Televisão
CGSI	Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CIN	Coordenação de Infraestrutura de Redes
Codir	Colégio de Dirigentes
Consup	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CSI	Coordenação de Sistemas de Informação
CTI	Coordenação de Tecnologia da Informação
DAD	Governança e Gestão de Dados
DEV	Desenvolvimento
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EFGD	Estratégia Federal de Governo Digital
ESR	Escola Superior de Redes
EqEPDTIC	Equipe de Elaboração do PDTIC
FLN	Formulário de Levantamento de Necessidades
Forti	Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação da Rede Federal
GLPI	Gestionnaire Libre de Parc Informatique
GUT-AL	Gravidade, Urgência, Tendência, Abrangência e Legalidade
IA	Inteligência Artificial
IFFar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

IN	Instrução Normativa
ISO	International Organization for Standardization
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)
LOA	Lei Orçamentária Anual
MQP-SISP	Método de Dimensionamento do Quadro de Pessoal de TIC do SISP
NUGEA	Núcleo de Gestão e Educação Ambiental
PA-PDTIC	Plano de Acompanhamento do PDTIC
PDA	Plano de Dados Abertos
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PBIA	Plano Brasileiro de Inteligência Artificial
PSI	Política de Segurança da Informação
PPSI	Programa de Privacidade e Segurança da Informação
PTD	Plano de Transformação Digital
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
RA	Relatório de Acompanhamento
RR	Relatório de Resultados
Secom	Secretaria de Comunicação
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

APRESENTAÇÃO

A transformação digital consolidou-se como elemento estratégico da governança pública contemporânea, impactando diretamente a capacidade das instituições de oferecer serviços mais eficientes, integrados e transparentes. Nesse contexto, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) deixa de exercer papel meramente operacional e passa a atuar como vetor de sustentação institucional, governança, inovação e geração de valor público.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, desenvolve suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação em estrutura multicampi composta por 11 *campi* consolidados, 4 *campi* em implantação, polos de Educação a Distância e Centros de Referência distribuídos em diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, o Instituto atende mais de 18 mil estudantes e conta com 779 docentes e 676 técnico-administrativos em educação.

Nesse cenário, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2026-2029 (PDTIC 2026–2029) constitui o principal instrumento de governança, planejamento e acompanhamento das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFFar para o próximo ciclo institucional. Elaborado em conformidade com o Guia de PDTIC do SISP v2.1, o plano está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), à Estratégia Federal de Governo Digital (Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024), à Lei do Governo Digital (Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021), à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD) e aos principais normativos relacionados à governança digital, segurança da informação, interoperabilidade e transparência ativa.

O documento contempla diretrizes de governança, planejamento estratégico, inventário de necessidades, gestão de pessoas, gestão de riscos, metas, ações, indicadores e mecanismos de acompanhamento das iniciativas de Tecnologia da Informação.

A construção do PDTIC 2026-2029 ocorreu de forma colaborativa e orientada por evidências, envolvendo a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), as Coordenações de Tecnologia da Informação (CTIs), o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), gestores institucionais e representantes da comunidade acadêmica.

O presente ciclo estabelece como prioridades estratégicas o fortalecimento da governança de TIC e segurança da informação, a modernização da infraestrutura tecnológica multicampi, a integração entre sistemas e o fortalecimento dos mecanismos de transparência e monitoramento.

A execução e o acompanhamento do PDTIC ocorrerão de forma contínua e transparente, por meio de instrumentos específicos de monitoramento, avaliação e prestação de contas. O PDTIC poderá ser revisado periodicamente, observado o ciclo

máximo anual de revisão, conforme necessidades institucionais e diretrizes de governança.

Com este plano, o Instituto Federal Farroupilha reafirma seu compromisso com a transformação digital institucional, a excelência da gestão pública, a segurança da informação e a oferta de serviços digitais cada vez mais eficientes e integrados.

As informações relacionadas ao PDTIC, incluindo Plano de Trabalho, Relatórios de Acompanhamento, Relatórios de Resultados e demais documentos de governança, encontram-se disponíveis no Portal do PDTIC do IFFar.

1. INTRODUÇÃO

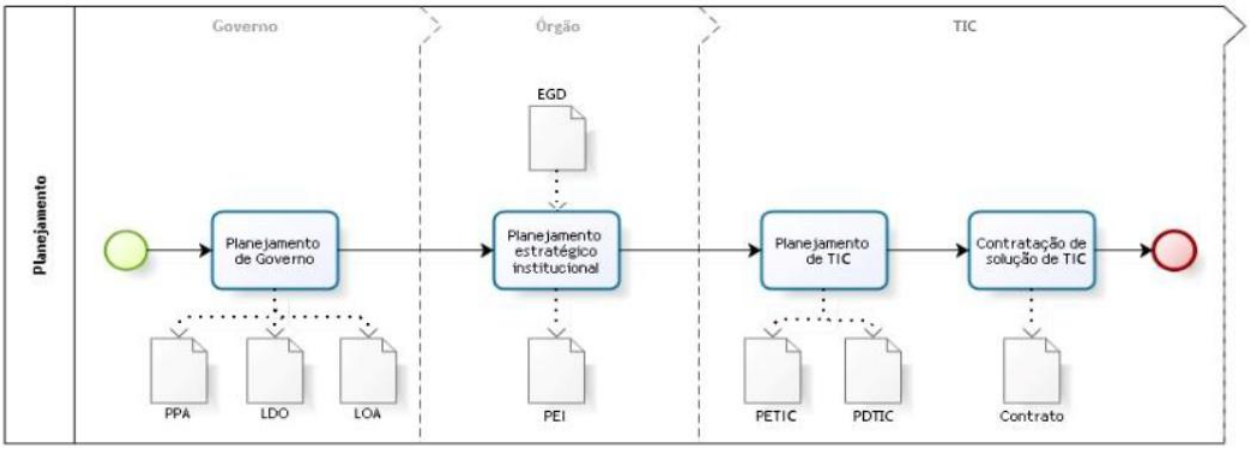
O planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação constitui processo contínuo e estruturado de gestão dos recursos e serviços de TIC, posicionando a área tecnológica como elemento estratégico para a sustentação das atividades institucionais, a modernização da gestão pública e a transformação digital.

A elaboração deste PDTIC é motivada pela evolução acelerada das tecnologias digitais, pela ampliação dos serviços públicos digitais, pelas exigências normativas relacionadas à governança digital e proteção de dados e pela necessidade contínua de modernização, integração e padronização da infraestrutura e dos sistemas institucionais.

No IFFar, o planejamento de TIC estrutura-se de forma integrada ao planejamento institucional e aos instrumentos de governança da Administração Pública Federal (APF), mantendo alinhamento com o PDI, com a Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD), com os instrumentos orçamentários federais e com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP).

Integrado ao ecossistema de planejamento da APF, o PDTIC estabelece alinhamento entre os instrumentos estratégicos, orçamentários e de governança digital, conectando o planejamento institucional às ações e contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFFar, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Relação entre Planejamento Governamental, Institucional e de TIC.



Fonte: Guia de PDTIC do SISP v2.1 (2021).

Nesse contexto, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação atua predominantemente no nível tático, traduzindo diretrizes estratégicas em objetivos, metas, indicadores e ações capazes de orientar a execução, o monitoramento e a priorização das iniciativas de TIC do IFFar.

2. METODOLOGIA

O PDTIC 2026-2029 do Instituto Federal Farroupilha foi elaborado com base no Guia de PDTIC do SISP v2.1 (2021), adotando metodologia estruturada e alinhada às práticas de governança, planejamento e gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação da Administração Pública Federal.

A metodologia utilizada considera o ciclo de vida do Plano como processo contínuo de elaboração, execução, acompanhamento e revisão do planejamento de TIC, assegurando alinhamento institucional, transparência, rastreabilidade e melhoria contínua da governança tecnológica.

Além do Guia, foram considerados referenciais normativos e estratégicos relacionados à governança digital, segurança da informação, proteção de dados pessoais e contratações de TIC, com destaque para a EFGD 2024-2027, a Lei nº 14.129, de 2021 (Lei do Governo Digital), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 4 de abril de 2019 e a Portaria SGD/ME nº 778, de 4 de abril de 2019.

O processo metodológico foi estruturado em dois macroprocessos principais:

1. Elaboração do PDTIC.
2. Acompanhamento do PDTIC.

O macroprocesso de elaboração compreendeu as etapas de Preparação, Diagnóstico e Planejamento, executadas de forma integrada, colaborativa e orientada por evidências institucionais. Já o macroprocesso de acompanhamento contempla a execução, o monitoramento, a avaliação dos resultados e as revisões periódicas do planejamento.

O PDTIC 2023-2025 constituiu importante insumo metodológico para o novo ciclo, fornecendo subsídios relacionados ao desempenho das ações planejadas, dificuldades de execução, riscos identificados, necessidades não atendidas e oportunidades de melhoria da governança de TI institucional.

2.1 Ciclo de Vida do PDTIC

O ciclo de vida estrutura as atividades necessárias para elaboração, execução, acompanhamento e revisão do planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, assegurando integração entre estratégia, governança, orçamento e execução institucional.

2.2 Macroprocesso de Elaboração

O macroprocesso de elaboração foi conduzido em conformidade com o Guia de PDTIC do SISP v2.1, sendo dividido em três subprocessos encadeados:

1. Preparação.
2. Diagnóstico.
3. Planejamento.

As atividades executadas foram adaptadas à realidade institucional do IFFar, considerando sua estrutura multicampi, a capacidade operacional da TI, os resultados do ciclo anterior e as diretrizes estratégicas institucionais e federais de governo digital.

2.3 Subprocesso de Preparação

O subprocesso de Preparação teve como objetivo estabelecer as bases metodológicas, organizacionais e estratégicas necessárias à elaboração do PDTIC 2026-2029. Nesta etapa, foram conduzidas atividades relacionadas à definição da abrangência e vigência do plano, instituição da Equipe de Elaboração do PDTIC (EqEPDTIC), consolidação dos documentos de referência, identificação das estratégias institucionais, princípios e diretrizes de TI, definição da metodologia de elaboração e estruturação do Plano de Trabalho do PDTIC (PT-PDTIC), posteriormente submetido à apreciação e aprovação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI).

Como resultado, foram consolidados os referenciais, diretrizes e instrumentos necessários para condução das etapas subsequentes do planejamento.

2.4 Subprocesso de Diagnóstico

O subprocesso de Diagnóstico teve como objetivo analisar o cenário atual da Tecnologia da Informação e Comunicação institucional e consolidar as necessidades que subsidiaram o planejamento do ciclo 2026-2029. Nesta etapa, foram realizadas atividades relacionadas à análise dos resultados do PDTIC 2023-2025, avaliação do referencial estratégico institucional, análise da estrutura organizacional da TIC, realização da análise SWOT, avaliação da capacidade institucional de execução e maturidade digital, planejamento do processo de levantamento de necessidades e identificação das demandas de informação, serviços, infraestrutura, contratações e pessoal de TIC.

Também foram conduzidas atividades de consolidação e alinhamento do Inventário de Necessidades às estratégias institucionais e às diretrizes federais de governo digital, culminando em sua submissão e aprovação no CGTI.

Como resultado, o Inventário de Necessidades consolidado constituiu o principal insumo para definição das metas, ações, indicadores e prioridades estratégicas do PDTIC 2026-2029.

2.5 Subprocesso de Planejamento

O subprocesso de Planejamento teve como objetivo transformar as necessidades identificadas e priorizadas em metas, ações, indicadores, responsáveis, prazos, recursos e mecanismos de acompanhamento necessários à execução do PDTIC 2026-2029. Nesta etapa foram realizadas atividades relacionadas à priorização das necessidades

identificadas, definição do Plano de Metas e Ações, estruturação dos indicadores de desempenho, elaboração do Plano de Gestão de Pessoas, consolidação do Plano Orçamentário, elaboração do Plano de Gestão de Riscos e definição dos mecanismos de monitoramento e acompanhamento da execução do PDTIC.

Também foram conduzidas atividades de consolidação da minuta do PDTIC 2026-2029 e sua submissão às instâncias institucionais de governança para apreciação, aprovação e publicação.

Como resultado, foi estruturado o conjunto de instrumentos necessários à execução, ao monitoramento e à governança do planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação no ciclo 2026-2029.

2.6 Macroprocesso de Acompanhamento

O macroprocesso de acompanhamento compreende o monitoramento contínuo da execução do PDTIC, a avaliação dos resultados alcançados e a realização de revisões periódicas do planejamento, observado o ciclo máximo anual de revisão.

Dessa forma, o acompanhamento será realizado por meio do Plano de Acompanhamento do PDTIC (PA-PDTIC), dos Relatórios de Acompanhamento (RA) e do Relatório de Resultados (RR), assegurando transparência, prestação de contas e suporte à tomada de decisão pela governança institucional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal Farroupilha.

3. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

A elaboração deste Plano fundamenta-se em um conjunto robusto de normativos legais, metodológicos, estratégicos e operacionais. Esses documentos orientam as necessidades de TIC e garantem o alinhamento governamental e institucional exigido pelo Guia de PDTIC do SISP v.2.1. A Tabela 1 detalha as referências agrupadas por categoria.

Tabela 1 – Documentos de Referência e Base Normativa do PDTIC 2026-2029.

Categoria	Documento	Propósito no PDTIC
Legislação Federal	Constituição Federal (1988)	Governança e transparência ativa da gestão pública.
	Plano Plurianual (PPA) vigente da União	Instrumento de planejamento governamental utilizado como referência para o alinhamento das iniciativas estratégicas e dos investimentos previstos no PDTIC.
	Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI)	Transparência e acesso à informação do plano e do Órgão.

Categoria	Documento	Propósito no PDTIC
	Lei nº 14.129, de 2021	Governo digital, interoperabilidade e gestão de riscos.
	Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD)	Governança informacional e proteção de dados.
Estratégia e Governo Digital	Decreto nº 12.198, de 2024 (EFGD)	Estratégia Federal de Governo Digital, PTD, PDTIC e PDA.
	Decretos Complementares: Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016; Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019	Dados abertos e desenvolvimento de pessoas.
	Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA 2024–2028)	Referência para as iniciativas relacionadas à Inteligência Artificial, governança, uso ético, inovação e transformação digital da Administração Pública Federal.
Governança e Diretrizes SISP	Portaria SGD/ME nº 778, de 2019	Diretrizes de elaboração do PDTIC, comitês (CGD), prazos e alinhamento estratégico.
	Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 2019	Processo de contratação de soluções de TIC.
	Portarias Específicas (852/2023, 2.715/2023, 4.248/2024, 5.950/2023, 6.618 e 1.083/2025)	Diretrizes para Política de Privacidade e Segurança da Informação, Estratégia de Uso de Nuvem, Sustentação da Infraestrutura Computacional, Governança de Dados, Inteligência Artificial e Métricas de Valor Público.
Métodos e Controle	Guia de PDTIC do SISP v2.1	Referência metodológica: preparação, diagnóstico, planejamento, acompanhamento e anexos obrigatórios.
	MQP-SISP	Método de Dimensionamento do Quadro de Pessoal de TIC.
	Acórdão TCU nº 2.943/2025 – Plenário	Critérios de transparência, portal específico, rastreabilidade de necessidades e controle orçamentário.
Estratégicos Institucionais	PDI 2019-2026, Regimento Interno e Planos Institucionais (PDA, PTD e PDP)	Alinhamento tático, modernização, transparência (PDA), digitalização de serviços (PTD), capacitação (PDP) e atribuições de instâncias como a CGTI.

Categoria	Documento	Propósito no PDTIC
	PETI	Visão de longo prazo e diretrizes da alta administração (integrado ao PDI).
	Carta de Serviços ao Cidadão	Documento que consolida os serviços públicos prestados pelo Instituto Federal Farroupilha e orienta a melhoria contínua da experiência do usuário e da prestação de serviços públicos digitais.
Técnicos e Operacionais (IFFar)	PDTIC 2023-2025, RA e RR	Histórico, status de metas e lições aprendidas.
	Políticas de TI Institucionais	Segurança (PPSI), Ativos e Backup.
	Auditorias	Relatórios CPA, CGU e TCU para identificação de riscos.
	Dados Operacionais	Backlog de TI e chamados GLPI.

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

Os documentos de referência apresentados constituem a base normativa, estratégica, metodológica e operacional que sustenta a elaboração do PDTIC 2026-2029. A integração entre normativos federais, diretrizes do SISP, instrumentos institucionais de planejamento, relatórios de acompanhamento, auditorias e dados operacionais permitiu estruturar um planejamento alinhado às diretrizes de governança digital da Administração Pública Federal e às necessidades reais do Instituto Federal Farroupilha.

4. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

A definição de princípios e diretrizes estabelece as fundações para a governança e a gestão tecnológica do Instituto Federal Farroupilha. A Tabela 2 apresenta o referencial estratégico de atuação da TIC, associando os princípios norteadores às suas respectivas diretrizes de execução, o que garante a rastreabilidade normativa exigida pelo SISP.

Tabela 2 – Princípios e Diretrizes do PDTIC 2026-2029.

ID	Princípio	Diretrizes Estruturantes	Origem
PD01	Alinhamento Estratégico	- Assegurar que o direcionamento, monitoramento e avaliação da TI ocorra com participação ativa da CGTI. - Promover a racionalização e padronização contínua de sistemas, processos e infraestrutura.	PDI 2019-2026 Portaria SGD/ME nº 778, de 2019
PD02	Entrega de Valor	- Estruturar catálogo institucional de serviços e níveis de atendimento orientados à geração de valor para a comunidade acadêmica. - Promover a melhoria contínua no suporte técnico e na qualidade de atendimento aos usuários.	Guia PDTIC SISP v2.1
PD03	Gestão de Riscos e Continuidade	- Assegurar infraestrutura tecnológica multicampi com alta disponibilidade, redundância e resiliência operacional. - Estruturar monitoramento contínuo para prevenção de falhas e sustentação dos serviços críticos.	PDI 2019-2026 Decreto nº 12.198, de 2024 Guia PDTIC SISP v2.1
PD04	Responsabilidade e Transparência	- Assegurar transparência, monitoramento e avaliação das ações de TIC por meio de indicadores auditáveis. - Promover mecanismos de acompanhamento gerencial e prestação de contas das iniciativas de TIC.	Constituição Federal Lei nº 12.527, de 2011 Acórdão TCU 2.943/2025
PD05	Conformidade Legal e Normativa	- Assegurar conformidade das estratégias e contratações tecnológicas à legislação federal de TIC e às diretrizes dos órgãos de controle. - Promover aderência contínua aos normativos, padrões e instrumentos de governança aplicáveis à TIC.	Portaria SGD/ME nº 778, de 2019 IN SGD/ME nº 01, de 2019
PD06	Gestão e Governança de Dados	- Consolidar a governança e a transparência ativa de informações, promovendo a atualização e a aderência contínua ao Plano de Dados Abertos. - Promover a interoperabilidade estrutural entre as plataformas institucionais e governamentais.	Decreto nº 8.777, de 2016 Decreto nº 12.198, de 2024
PD07	Cidadania e Experiência do Usuário	- Promover a digitalização, simplificação e evolução contínua dos processos acadêmicos e administrativos. - Estruturar serviços digitais orientados à experiência e às necessidades da comunidade	Lei nº 14.129, de 2021 Decreto nº 12.198, de

ID	Princípio	Diretrizes Estruturantes	Origem
		acadêmica.	2024 Portaria SGD/MGI nº 4.248, de 2024
PD08	Infraestrutura Escalável e Otimização de Recursos	- Promover a modernização da infraestrutura tecnológica da Reitoria e dos Campi, considerando modelos físicos, em nuvem ou híbridos com base em critérios técnicos, econômicos e de segurança. - Assegurar a renovação e sustentabilidade do parque computacional em alinhamento às demandas institucionais.	Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 2023
PD09	Privacidade e Segurança da Informação (PPSI e LGPD)	- Consolidar a cultura e a infraestrutura organizacional de segurança da informação e proteção de dados em conformidade com a LGPD e o PPSI. - Estruturar práticas contínuas de conscientização e mecanismos proativos de prevenção e resposta a incidentes cibernéticos.	Lei nº 13.709, de 2018 Portaria SGD/MGI nº 852, de 2023
PD10	Inovação Contínua e Melhoria Permanente	- Promover o uso ético e segura de Inteligência Artificial e automação como vetores de eficiência e apoio à decisão na gestão pública.	Portaria SGD/MGI nº 6.618, de 2024 Decreto nº 12.198, de 2024
PD11	Desenvolvimento de Pessoas em TI	- Promover a capacitação técnica contínua e a atualização tecnológica do quadro de servidores da Reitoria e dos Campi. - Estruturar o dimensionamento estratégico da força de trabalho de TIC em consonância com as metodologias oficiais de governo.	MQP-SISP Portaria SGD/ME nº 778, de 2019 PDP institucional

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

Os princípios e diretrizes aqui definidos orientam todas as fases subsequentes do PDTIC 2026-2029: Diagnóstico, Planejamento, Execução e Acompanhamento. Ao integrar elementos estratégicos, legais e tecnológicos contemporâneos, asseguram a evolução contínua da Tecnologia da Informação e Comunicação do IFFar com base em governança, inovação, segurança, eficiência, foco no usuário e sustentabilidade institucional.

5. PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho é o instrumento responsável por estruturar e orientar as atividades de elaboração do PDTIC 2026-2029 do Instituto Federal Farroupilha.

Elaborado em conformidade com as diretrizes do Guia de PDTIC do SISP v2.1, assegura que o processo de construção do plano ocorra de forma estruturada, transparente e alinhada aos objetivos institucionais definidos no PDI 2019-2026. Além disso, constitui o principal instrumento de gestão do ciclo inicial do PDTIC, garantindo clareza sobre etapas, prazos e entregas previstas.

O documento contempla os fatores motivacionais da elaboração do plano, definição de abrangência e vigência, metodologia adotada, documentos de referência, princípios e diretrizes de TIC, composição da EqEPDTIC 2026-2029, atribuições dos envolvidos e cronograma detalhado das atividades e entregas. Sua abrangência contempla todas as unidades do Instituto Federal Farroupilha, incluindo Reitoria e *campi*, assegurando uniformidade metodológica e alinhamento institucional no processo de planejamento multicampi.

A elaboração foi conduzida pela EqEPDTIC 2026-2029 e aprovada pelo CGTI, por meio de manifestação formal registrada por e-mail em 12 de dezembro de 2025.

Para preservar a organização e a fluidez do documento, o conteúdo completo do Plano de Trabalho é apresentado no Anexo I.

6. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E LIÇÕES APRENDIDAS DO PDTIC 2023-2025

A elaboração do PDTIC 2026-2029 considerou os resultados obtidos durante a execução do PDTIC 2023-2025, utilizando como principais insumos o Relatório de Resultados, os Relatórios de Acompanhamento e os registros institucionais de monitoramento. Os documentos completos permanecem disponíveis no Portal do PDTIC do IFFar.

6.1 Avaliação da Execução do PDTIC 2023-2025

A Tabela 3 apresenta o status anual das metas executadas durante o ciclo 2023-2025.

Tabela 3 – Situação das Metas do PDTIC 2023-2025.

Ano	Metas Alcançadas	Metas Parcialmente Alcançadas	Metas Não Alcançadas	Total
2023	6	4	2	12
2024	1	6	5	12
2025	0	8	4	12

Fonte: Relatório de Resultados do PDTIC 2023-2025.

A Tabela 4 complementa essa avaliação, consolidando as principais justificativas para as metas não alcançadas, com base no Relatório de Resultados do PDTIC 2023-2025 e nas análises realizadas pela EqEPDTIC.

Tabela 4 – Metas Não Alcançadas do PDTIC 2023-2025 e Principais Justificativas.

Meta	Ano(s)	Justificativas
NC3 – Criar, manter e promover os processos de desenvolvimento de software	2024 e 2025	Em 2024, a revisão e o aprimoramento do Processo de Desenvolvimento de Software não foram realizados em função da priorização das atividades operacionais e da sustentação dos sistemas institucionais. Em 2025, a evolução do processo e a definição de novos procedimentos permaneceram condicionadas à disponibilidade da equipe técnica e ao amadurecimento das práticas de governança de TIC.
NC5 – Capacitar a equipe SIG	2024	A elevada demanda operacional da equipe responsável pelos Sistemas Integrados de Gestão comprometeu a execução integral das ações previstas para o exercício. Salienta-se que as capacitações estavam disponíveis.

Meta	Ano(s)	Justificativas
NC6 – Modernizar e manter a infraestrutura física e lógica	2023 e 2025	Em 2023, embora tenham sido realizados investimentos em infraestrutura (49% da meta), o volume executado foi insuficiente para atender à abrangência das ações previstas para modernização e ampliação da infraestrutura física e lógica institucional. Em 2025, a redução do percentual de execução (22%) evidencia a necessidade de priorização das ações de sustentação da infraestrutura existente, postergando parte das iniciativas de modernização planejadas.
NC7 – Manter e atualizar o parque de ativos de TIC	2024	A renovação do parque computacional foi inferior ao planejado em razão da limitação dos recursos de investimento, da necessidade de priorização de equipamentos críticos e do escalonamento das aquisições institucionais.
NC10 – Adequar a gestão das contratações de TIC	2023, 2024 e 2025	Em 2023, a quantidade de profissionais capacitados em contratações de TIC ficou abaixo da meta estabelecida, em razão do baixo interesse dos próprios servidores neste tipo de atividade. Em 2024 e 2025, esse cenário foi agravado pela elevada demanda operacional das equipes de TIC e pela priorização das atividades de sustentação e atendimento às necessidades institucionais, comprometendo o alcance da meta de capacitação prevista para o ciclo.
NC12 – Implantar tecnologias de teletrabalho	2024 e 2025	Em 2024, a estabilização das atividades presenciais e a redefinição das prioridades institucionais reduziram a prioridade das ações voltadas à expansão das soluções de teletrabalho. Em 2025, a limitação de recursos para investimentos e a priorização de projetos estratégicos de maior impacto institucional mantiveram postergada a evolução dessas soluções.

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026–2029

6.2 Principais Resultados Alcançados

Apesar dos desafios enfrentados durante a execução do PDTIC 2023-2025, foram observados avanços relevantes para a governança e a gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação no Instituto Federal Farroupilha, destacando-se:

- manutenção da disponibilidade dos serviços institucionais considerados críticos para o funcionamento da instituição;
- sustentação dos sistemas corporativos utilizados nas atividades acadêmicas e administrativas;

- fortalecimento da governança de TIC e da atuação institucional da Diretoria de Tecnologia da Informação;
- ampliação da utilização de soluções digitais de apoio às atividades institucionais;
- consolidação dos mecanismos de atendimento e suporte aos usuários;
- fortalecimento das ações relacionadas à segurança da informação e à continuidade dos serviços digitais; e
- integração das unidades institucionais em iniciativas relacionadas à gestão e à governança da TIC.

6.3 Principais Desafios Identificados

Os desafios que impactaram a execução do ciclo anterior estão consolidados a seguir.

Tabela 5 – Principais Desafios Identificados no PDTIC 2023-2025.

Desafios Identificados	**Impactos Observados**
Aprovação tardia do PDTIC	Comprometimento do processo inicial de monitoramento e atraso na execução
Fragilidade dos mecanismos de acompanhamento institucional	Dificuldades na consolidação e análise dos resultados
Baixa adesão de algumas unidades (campi) aos processos de monitoramento	Limitações na coleta de informações gerenciais
Capacidade operacional restrita das equipes de TIC	Redução da capacidade de execução de iniciativas estratégicas
Necessidade de fortalecimento da governança institucional	Dificuldades na padronização e institucionalização de processos
Necessidade de modernização da infraestrutura tecnológica	Limitações para expansão e evolução dos serviços digitais
Necessidade de ampliação das ações de capacitação	Impactos na execução de atividades especializadas

Fonte: Relatórios de Acompanhamento e Resultados do PDTIC 2023-2025.

6.4 Lições Aprendidas

As experiências obtidas durante a execução do PDTIC 2023-2025 permitiram consolidar importantes lições para o aperfeiçoamento da governança e da gestão da TIC no Instituto Federal Farroupilha.

Tabela 6 – Lições Aprendidas e Aplicação no PDTIC 2026-2029

Lição Aprendida	**Aplicação no PDTIC 2026-2029**
Necessidade de monitoramento contínuo do planejamento	Processo formal de monitoramento, avaliação e revisão do PDTIC
Necessidade de fortalecimento da governança institucional	Ampliação das metas de governança e gestão de TIC
Necessidade de avaliar a capacidade de execução da TIC	Inclusão da análise de capacidade institucional de execução
Necessidade de fortalecimento das competências das equipes	Elaboração do Plano de Gestão de Pessoas
Necessidade de institucionalização dos processos de TIC	Metas relacionadas à gestão de serviços e governança
Necessidade de fortalecimento da segurança da informação	Ampliação das iniciativas relacionadas ao PPSI e à LGPD
Necessidade de modernização da infraestrutura tecnológica	Metas específicas para storage, servidores, conectividade e datacenter
Necessidade de maior previsibilidade orçamentária	Elaboração do Plano Orçamentário do PDTIC
Necessidade de fortalecimento da gestão de riscos	Elaboração do Plano de Gestão de Riscos

Fonte: Relatórios de Acompanhamento e Resultados do PDTI 2023-2025.

6.5 Contribuições para o PDTIC 2026-2029

Os resultados obtidos, os desafios identificados e as lições aprendidas durante a execução do PDTIC 2023-2025 influenciaram diretamente a elaboração do presente Plano, contribuindo para o aperfeiçoamento das metas, das ações, da governança, da gestão de pessoas, do planejamento orçamentário, da gestão de riscos e dos mecanismos de monitoramento e avaliação.

Tabela 7 – Relação entre os Resultados do PDTIC 2023-2025 e as Iniciativas do PDTIC 2026-2029

Resultado ou Desafio Identificado	**Resposta Planejada no PDTIC 2026-2029**
Necessidade de modernização da infraestrutura tecnológica	Metas 01, 02, 03 e 05
Necessidade de fortalecimento da segurança da informação	Metas 10 e 11
Necessidade de institucionalização de processos	Metas 26 e 30
Necessidade de fortalecimento da governança digital	Meta 27 e 32
Necessidade de ampliação da transformação digital	Metas relacionadas ao PTD
Necessidade de fortalecimento da governança de dados	Metas relacionadas ao PDA
Necessidade de ampliar a capacidade institucional de execução	Capítulos de Capacidade de Execução e Gestão de Pessoas
Necessidade de aprimorar o monitoramento institucional	Processo de Revisão do PDTIC
Necessidade de fortalecer a gestão de riscos	Plano de Gestão de Riscos
Necessidade de aperfeiçoar o planejamento orçamentário	Plano Orçamentário

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

As evidências levantadas durante a avaliação do ciclo anterior reforçam o compromisso institucional com a melhoria contínua do planejamento e da governança da Tecnologia da Informação e Comunicação, buscando ampliar a capacidade de execução, fortalecer a governança digital e assegurar maior efetividade na implementação das iniciativas estratégicas previstas para o período de 2026 a 2029.

7. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E INSTITUCIONAL

Em conformidade com o Guia de PDTIC do SISP v2.1, este capítulo consolida os principais direcionadores estratégicos que orientam a atuação da Tecnologia da Informação e Comunicação no Instituto Federal Farroupilha, assegurando alinhamento entre o planejamento institucional, os objetivos estratégicos de TIC e as diretrizes da Administração Pública Federal.

7.1 Missão da Tecnologia da Informação e Comunicação

A Tecnologia da Informação e Comunicação do IFFar tem como missão prover soluções tecnológicas efetivas para que o Instituto Federal Farroupilha cumpra sua função institucional, facilitando o acesso aos serviços oferecidos à comunidade acadêmica e à sociedade.

7.2 Visão da Tecnologia da Informação e Comunicação

A Visão da Tecnologia da Informação e Comunicação do IFFar é ser reconhecida como agente facilitador e provedora de soluções inovadoras de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Instituto Federal Farroupilha.

7.3 Valores da Tecnologia da Informação e Comunicação

A atuação da TIC do Instituto Federal Farroupilha está fundamentada em princípios e valores que orientam o comportamento institucional, a prestação de serviços e a condução das atividades de TIC no âmbito da Reitoria e dos *campi*.

Destacam-se como valores institucionais da TIC:

- Ética;
- Transparência;
- Profissionalização;
- Sustentabilidade;
- Isonomia;
- Eficiência;
- Agilidade;
- Inovação;
- Confiabilidade;
- Integridade; e
- Disponibilidade.

Esses valores fortalecem a atuação da TIC como área estratégica da instituição, orientando a prestação de serviços públicos digitais com foco em governança, segurança da informação, continuidade operacional, melhoria contínua e atendimento às necessidades da comunidade acadêmica.

7.4 Planejamento Institucional – PDI 2019-2026

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026 constitui o principal instrumento de planejamento estratégico do Instituto Federal Farroupilha, estabelecendo objetivos, diretrizes e prioridades institucionais voltadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão administrativa.

No contexto da Tecnologia da Informação e Comunicação, o PDI fornece os direcionadores estratégicos que orientam a atuação institucional da TIC, especialmente em temas relacionados à modernização da infraestrutura tecnológica, transformação digital, integração multicampi, ampliação dos serviços digitais, fortalecimento da governança institucional, qualificação da gestão pública e melhoria contínua dos processos acadêmicos e administrativos.

O alinhamento entre o PDTIC e o PDI assegura que as iniciativas de TIC estejam integradas às prioridades institucionais do IFFar, contribuindo para a sustentação das atividades finalísticas e administrativas da instituição.

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação — PETI institucional foi utilizado como instrumento complementar de direcionamento da TIC, contribuindo especialmente para temas relacionados à modernização da infraestrutura, governança institucional, transformação digital e melhoria da eficiência administrativa.

Considerando que a vigência deste PDTIC se estende até 2029, o alinhamento estratégico aqui estabelecido deverá ser revisado em decorrência da aprovação e entrada em vigor de novo Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFar, observado o processo de revisão previsto neste documento.

7.5 Objetivos Estratégicos de TIC do PDTIC 2026-2029

Com base no diagnóstico institucional, nas diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026, nas necessidades consolidadas identificadas durante o processo de elaboração deste PDTIC e nos referenciais estratégicos e normativos aplicáveis à Administração Pública Federal, foram definidos os Objetivos Estratégicos do PDTIC 2026-2029 do Instituto Federal Farroupilha. Eles estabelecem os principais direcionadores para o planejamento e a atuação institucional no período de vigência deste Plano. Assim, os objetivos estratégicos orientam a definição das metas, ações, indicadores e iniciativas necessárias ao fortalecimento da governança digital, da transformação digital, da segurança da informação e da oferta de serviços à comunidade acadêmica.

Tabela 8 – Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Código	Objetivo Estratégico de TIC
OETIC 01	Modernizar e ampliar a infraestrutura de TIC
OETIC 02	Aprimorar a gestão de pessoas de TIC
OETIC 03	Aperfeiçoar as práticas de Segurança da Informação
OETIC 04	Ampliar e qualificar os Sistemas de Informação
OETIC 05	Garantir a conectividade institucional
OETIC 06	Promover soluções de TIC para ensino, pesquisa, extensão e inovação
OETIC 07	Promover serviços públicos digitais, transparência e governança de dados
OETIC 08	Implantar e fortalecer a Governança de TIC

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

A Tabela 9 apresenta o alinhamento entre os objetivos estratégicos institucionais e os objetivos estratégicos definidos para o PDTIC 2026-2029, evidenciando a contribuição das iniciativas previstas para o alcance das prioridades e diretrizes estabelecidas pelo IFFar.

Tabela 9 – Alinhamento entre Objetivos Estratégicos Institucionais e Objetivos Estratégicos de TIC.

Dimensão do PDI	Objetivos Estratégicos do PDI	Objetivos Estratégicos de TIC Relacionados
Pessoas e Infraestrutura	**OE 1:** Promover a gestão estratégica de pessoas e o desenvolvimento de competências individuais e organizacionais.	**OETIC 02** **OETIC 08**
Pessoas e Infraestrutura	**OE 2, 3 e 4:** Promover a ampliação, modernização e manutenção da infraestrutura física e de TI; Definir Plano Diretor das unidades.	**OETIC 01** **OETIC 03** **OETIC 05** **OETIC 08**
Aluno e Sociedade	**OE 1, 2 e 4:** Democratizar o acesso; representações de estímulo estudantil; fortalecer a relação com a sociedade local/regional.	**OETIC 05** **OETIC 06** **OETIC 07**
Aluno e Sociedade	**OE 3, 5, 6 e 7:** Fortalecer assistência estudantil e arranjos locais; oferecer cursos de excelência; promover a permanência e o sucesso dos alunos.	**OETIC 04** **OETIC 05** **OETIC 06** **OETIC 07**

Dimensão do PDI	Objetivos Estratégicos do PDI	Objetivos Estratégicos de TIC Relacionados
Processos Internos	**OE 1 e 3:** Aprimorar o acesso/uso de recursos tecnológicos; padronizar e informatizar processos organizacionais.	**OETIC 01** **OETIC 03** **OETIC 04** **OETIC 05** **OETIC 07** **OETIC 08**
Processos Internos	**OE 2:** Fortalecer as políticas internas e externas de comunicação.	**OETIC 04** **OETIC 07**
Sustentabilidade Financeira e Ambiental	**OE 1, 2 e 3:** Implementar política ambiental; parcerias/captação de incentivo; planejamento aplicação transparente de recursos orçamentários.	**OETIC 01** **OETIC 06** **OETIC 07** **OETIC 08**

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

O alinhamento do PDTIC às diretrizes institucionais de sustentabilidade ambiental considera também a atuação do Núcleo de Gestão e Educação Ambiental (NUGEA) do IFFar, enquanto instância relacionada à promoção e ao fortalecimento das práticas de gestão e educação ambiental no âmbito institucional. Nesse contexto, o planejamento de TIC busca observar, quando aplicável, princípios de sustentabilidade no uso, aquisição, renovação e descarte de recursos tecnológicos, bem como na racionalização do consumo de recursos e na adoção de soluções tecnológicas que contribuam para os objetivos institucionais de sustentabilidade.

De forma consolidada, o alinhamento estratégico evidencia que as necessidades e os objetivos de TIC do Instituto Federal Farroupilha estão relacionados às iniciativas de transformação digital, modernização da infraestrutura, interoperabilidade, governança de dados, segurança da informação, qualificação dos serviços digitais, sustentabilidade e fortalecimento da governança institucional.

7.6 Estratégia Federal de Governo Digital

A EFGD, instituída pelo Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024, constitui uma das principais referências para a elaboração do PDTIC 2026-2029 do Instituto Federal Farroupilha. Suas diretrizes relacionadas à transformação digital, interoperabilidade, governo orientado a dados, transparência, segurança da informação, inclusão digital, experiência do usuário e uso ético da Inteligência Artificial orientam a atuação da Tecnologia da Informação e Comunicação do IFFar, fortalecendo a governança digital e o alinhamento institucional às estratégias federais.

No contexto da EFGD, o Plano de Transformação Digital (PTD) constitui o principal instrumento de planejamento das iniciativas de transformação digital da Administração

Pública Federal**.** Na data de aprovação deste PDTIC, o status do PTD do Instituto Federal Farroupilha é "não pactuado junto à Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI)", uma vez que sua elaboração encontra-se prevista no Plano de Metas e Ações deste PDTIC. Após sua elaboração, o PTD será submetido à pactuação junto à SGD/MGI, em conformidade com as diretrizes da Estratégia Federal de Governo Digital.

7.7 Políticas Institucionais de Tecnologia da Informação e Comunicação

Este PDTIC considera os instrumentos estratégicos, políticas, normas e demais referenciais institucionais relacionados à governança e à gestão da TIC do Instituto Federal Farroupilha. Entre os principais documentos utilizados destacam-se:

- política de Segurança da Informação (PSI);
- plano de Dados Abertos (PDA);
- regulamento de Sistemas Institucionais;
- plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI);
- PDTIC 2023–2025;
- relatórios de Acompanhamento (RA); e
- relatório de Resultados (RR) do PDTIC 2023–2025.

Destaca-se a Política de Segurança da Informação (PSI), estruturada com base nas normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e ABNT NBR ISO/IEC 27002, contemplando diretrizes para gestão de riscos, continuidade dos serviços, controle de acesso, proteção de dados, resposta a incidentes e conscientização em segurança da informação.

Na data de aprovação deste PDTIC, o Instituto Federal Farroupilha ainda não dispõe de Documento de Estratégia de Uso de Computação em Nuvem aprovado pelo CGTI, nem de Estratégia ou Política Institucional de Inteligência Artificial formalizada. A elaboração, institucionalização e aprovação desses instrumentos encontram-se previstas no Plano de Metas e Ações deste PDTIC, em conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023 e com a Portaria SGD/MGI nº 6.618/2024.

A análise do arcabouço normativo institucional também evidenciou oportunidades para o fortalecimento da padronização normativa entre Reitoria e campi, contribuindo para ampliar a maturidade da governança de TIC e o alinhamento às diretrizes do SISP, da LGPD e da Estratégia Federal de Governo Digital.

8. ORGANIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Em conformidade com o Guia de PDTIC do SISP v2.1, este capítulo apresenta a estrutura organizacional, a governança, os processos de TIC e o inventário de recursos (hardware e software) do Instituto Federal Farroupilha.

8.1 Estrutura Organizacional da Tecnologia da Informação e Comunicação

A estrutura de TIC do IFFar é organizada de forma integrada entre Reitoria e *campi*, com a DTI responsável pela coordenação estratégica, governança e gestão dos serviços corporativos de TI, enquanto as CTIs atuam no suporte técnico e na execução operacional local das unidades. Esse modelo multicampi busca assegurar alinhamento institucional, padronização dos serviços, integração entre unidades e continuidade operacional da TIC.

8.2 Diretoria de Tecnologia da Informação da Reitoria

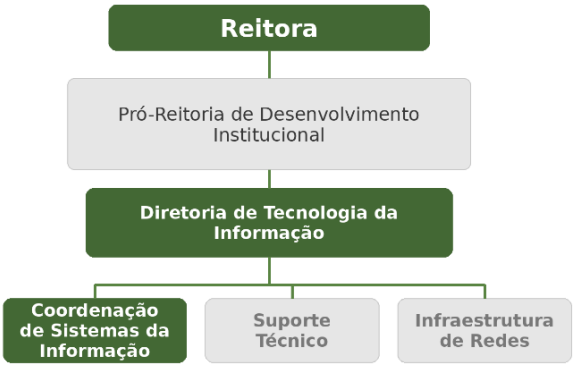
De acordo com o Regimento Geral do IFFar, compete à DTI planejar e manter o PDTIC, viabilizar os projetos relacionados à TIC, identificar necessidades institucionais de tecnologia, propor políticas de segurança da informação, gerenciar investimentos e recursos tecnológicos, apoiar contratações de TIC e prestar assessoria técnica aos *campi*.

Além das competências regimentais, a DTI exerce papel estratégico na sustentação corporativa dos serviços institucionais de TIC, atuando na administração de sistemas corporativos, infraestrutura compartilhada, serviços de rede, conectividade institucional, monitoramento tecnológico e suporte às iniciativas de transformação digital do Instituto Federal Farroupilha.

A DTI também atua em articulação com as instâncias de governança institucional, especialmente com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, apoiando o planejamento estratégico, monitoramento do PDTIC, priorização de demandas e fortalecimento das práticas de governança digital, segurança da informação e gestão de serviços de TIC.

A estrutura funcional da DTI é apresentada na Figura 2, evidenciando sua vinculação à Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional - PRDI, suas áreas internas e as relações hierárquicas responsáveis pela coordenação, sustentação e governança dos serviços institucionais de TIC.

Figura 2 - Organograma funcional da DTI.



Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

8.3 Coordenadorias de Tecnologia da Informação dos campi

As Coordenações de Tecnologia da Informação dos *campi* constituem as unidades responsáveis pela execução local das atividades operacionais e de suporte relacionadas à TIC.

Entre suas principais atribuições destacam-se o atendimento técnico aos usuários, manutenção da infraestrutura tecnológica local, administração de redes e conectividade, suporte aos ambientes acadêmicos e administrativos, manutenção de equipamentos, apoio à operação dos sistemas institucionais e execução das diretrizes institucionais de TIC estabelecidas pela Reitoria e CGTI.

As CTIs desempenham papel essencial na integração entre as demandas locais das unidades e os serviços corporativos coordenados institucionalmente, contribuindo para a continuidade operacional dos serviços tecnológicos e para a sustentação das atividades acadêmicas e administrativas.

A atuação integrada entre DTI e CTIs, através do CGTI, permite ampliar o compartilhamento de soluções, fortalecer a padronização tecnológica institucional e promover maior alinhamento entre governança, planejamento e operação da Tecnologia da Informação e Comunicação.

A estrutura funcional das Coordenações de Tecnologia da Informação dos *campi* é apresentada na Figura 3, demonstrando sua vinculação às Diretorias de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Figura 3 - Organograma funcional das CTIs.



Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

8.4 Instâncias de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

A governança da TIC no IFFar é sustentada por instâncias institucionais responsáveis pelo direcionamento estratégico, monitoramento, avaliação e apoio à tomada de decisão relacionada à Tecnologia da Informação e Comunicação, Segurança da Informação e Transformação Digital.

Nesse contexto, destaca-se a atuação Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, instituído pela Portaria Eletrônica Nº 1695, de 1º de outubro de 2025, instância de apoio à governança institucional de TI responsável pela designação da Equipe de Elaboração do PDTIC, aprovação do Plano de Trabalho, validação do Inventário de Necessidades e aprovação da minuta do PDTIC. Compete ainda ao CGTI acompanhar a execução do PDTIC, aprovar o Plano de Acompanhamento, o Relatório de Acompanhamento e o Relatório de Resultados do PDTIC, além de atuar na priorização de demandas estratégicas e monitoramento das ações institucionais de TI.

Complementarmente, o Instituto Federal Farroupilha conta com o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), instância colegiada responsável por apoiar a governança da segurança da informação, proteção de dados pessoais e conformidade normativa. Nesse sentido, o CGSI atua de forma integrada à DTI e ao CGTI, apoiando a formulação e atualização da PSI, o acompanhamento das ações relacionadas à LGPD, a gestão de riscos cibernéticos e institucionais, as estratégias de continuidade dos serviços de TIC e o fortalecimento da cultura institucional de segurança da informação.

Assim, a atuação integrada entre DTI, CTIs, CGTI e CGSI fortalece os mecanismos institucionais de governança, transparência, segurança e gestão estratégica da TIC, contribuindo para a padronização institucional, integração entre unidades e alinhamento às diretrizes do SISP, da LGPD e da EFGD.

8.5 Processos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Os processos de TIC do Instituto Federal Farroupilha compreendem o conjunto de atividades operacionais, táticas e estratégicas necessárias para sustentação dos serviços institucionais de TIC e suporte às atividades acadêmicas e administrativas no contexto multicampi da instituição.

O levantamento dos processos de TIC foi realizado por meio de planilha complementar encaminhada às unidades durante o subprocesso de diagnóstico do PDTIC 2026-2029. As informações recebidas demonstram que os *campi* e Reitoria executam, de forma contínua, diversos processos essenciais de gerenciamento de serviços de TI, especialmente relacionados à gestão de incidentes e requisições, gerenciamento de infraestrutura e conectividade, gestão de acessos, administração de ativos de TIC, manutenção de ambientes tecnológicos, backup, suporte aos sistemas institucionais, gestão de contratos e apoio às aquisições de TIC.

Observa-se, entretanto, que esses processos são executados com diferentes níveis de formalização, padronização e maturidade operacional entre as unidades, sem a existência, até o momento, de um modelo unificado de processos de TIC homologados institucionalmente. Também foi identificado que parte das unidades não encaminhou informações relacionadas aos seus processos operacionais, evidenciando limitações no monitoramento e na consolidação institucional dessas atividades.

O GLPI foi identificado como a principal ferramenta institucional de apoio à gestão operacional dos serviços de TIC, sendo utilizado em diversas unidades para registro, acompanhamento e tratamento de incidentes, requisições e atividades operacionais. Também foram identificadas práticas associadas ao gerenciamento de serviços, monitoramento de infraestrutura, gestão de mudanças, controle de ativos e sustentação de sistemas institucionais, alinhadas aos princípios de frameworks de boas práticas de governança e gerenciamento de serviços de TIC.

Nesse contexto, o PDTIC 2026-2029 estabelece como direcionamento estratégico o fortalecimento da governança operacional da TIC, por meio da definição, padronização e homologação institucional dos principais processos de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo CGTI. Tal direcionamento tem o intuito de ampliar a maturidade dos serviços, a padronização multicampi, a rastreabilidade operacional e a capacidade institucional de monitoramento e gestão dos serviços.

A institucionalização desses processos será conduzida gradualmente pelo CGTI durante a vigência deste PDTIC. Ademais, serão priorizados os processos críticos de governança, segurança da informação e gestão de serviços.

8.6 Inventário de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação

O Inventário de Recursos de TIC do IFFar foi consolidado a partir das informações encaminhadas pela Reitoria e pelos campi durante o diagnóstico do PDTIC 2026-2029. As Tabelas 10 e 11 apresentam a consolidação dos ativos de hardware e software da instituição.

Tabela 10 – Inventário consolidado de hardware por unidade respondente.

Unidade	Computadores / Notebooks/ Tablets	Equipamentos de Infraestrutura e Rede	Servidores / Datacenter	Equipamentos de Apoio / Multimídia
Alegrete	399	132	6	46
Frederico Westphalen	340	289	26	246
Jaguari	150	100	5	20
Júlio de Castilhos	300	80	3	60
Panambi	470	110	5	85
Reitoria	234	38	17	199
Santa Rosa	400	120	4	40
Santo Ângelo	361	65	5	438
Santo Augusto	240	70	5	50
São Borja	284	438	3	48
São Vicente do Sul	825	167	10	551
Uruguaiana	176	18	2	133

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

O inventário de hardware evidencia a composição do parque tecnológico institucional, abrangendo estações de trabalho, equipamentos de infraestrutura, servidores e equipamentos de apoio distribuídos entre a Reitoria e os campi.

Tabela 11 – Inventário consolidado de software por unidade respondente.

Unidade	Sistemas Operacionais / Escritório	Softwares Especializados	Ferramentas de Gerenciamento / Infraestrutura	Sistemas Institucionais / Serviços
Alegrete	146	0	4	0
Frederico Westphalen	33	32	1	0
Jaguari	150	1	0	0
Júlio de Castilhos	350	1	0	1
Panambi	470	2	1	2
Reitoria	374	22	7	19
Santa Rosa	400	5	1	0
Santo Ângelo	361	2	1	0
Santo Augusto	290	1	0	1
São Borja	284	1	1	0
São Vicente do Sul	827	4	4	5
Uruguaiana	250	1	3	2

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

No âmbito do software, o inventário consolidado evidencia a diversidade de sistemas operacionais, ferramentas especializadas, soluções de gerenciamento e sistemas institucionais utilizados pelas unidades do IFFar. Essas informações subsidiam o planejamento da gestão de ativos de software, do licenciamento, da sustentação dos serviços e da evolução das soluções tecnológicas institucionais.

A análise das informações demonstra que, embora os campi possuam inventários locais de hardware e software, há oportunidade de fortalecimento da padronização institucional relacionada à categorização, atualização, monitoramento e consolidação dos ativos de TIC. Observa-se também a necessidade de aprimorar as práticas institucionais relacionadas à governança de ativos, à gestão do ciclo de vida dos recursos tecnológicos e à rastreabilidade dos ativos de TIC.

Nesse contexto, destaca-se que o IFFar se encontra em processo de consolidação da Política de Gestão de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação,

contemplando hardware e software, iniciativa que tende a fortalecer a padronização institucional dos inventários, definição de responsabilidades, atualização cadastral dos ativos, monitoramento do ciclo de vida tecnológico e aprimoramento dos mecanismos de controle e governança dos recursos de TIC.

Em relação ao catálogo de serviços de TIC, observou-se a existência de iniciativas locais na Reitoria e no *Campus* São Vicente do Sul. Entretanto, ainda não foi identificado catálogo institucional de serviços devidamente padronizado, formalizado e homologado pelo CGTI.

Dessa forma, o PDTIC 2026-2029 estabelece como diretriz estratégica o fortalecimento da governança dos ativos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio da padronização institucional dos inventários de hardware e software, da consolidação das práticas de gerenciamento de ativos e da definição de catálogo institucional de serviços de TIC.

8.7 Estratégia de Sustentação e Provimento da Infraestrutura Computacional

A infraestrutura computacional é um dos principais ativos de TIC do Instituto Federal Farroupilha, sendo essencial para assegurar a continuidade dos serviços institucionais e a adequada prestação dos serviços públicos digitais.

Na data de aprovação deste PDTIC, o IFFar ainda não dispõe de uma Estratégia de Sustentação e Provimento da Infraestrutura Computacional formalmente instituída, conforme as diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023. Sua elaboração, aprovação e institucionalização encontram-se previstas no Plano de Metas e Ações deste PDTIC.

Até sua implementação, a gestão do parque computacional será orientada pelas metas e ações previstas neste Plano, contemplando a atualização do inventário de ativos, a renovação periódica das estações de trabalho, a padronização tecnológica, o planejamento das aquisições, a gestão do ciclo de vida dos equipamentos e a racionalização da infraestrutura de TIC.

Após sua aprovação, a Estratégia passará a integrar o conjunto de instrumentos de governança de TIC do Instituto Federal Farroupilha, orientando o planejamento, a sustentação e a evolução da infraestrutura computacional institucional.

9. ANÁLISE SWOT DA TIC DO IFFAR

A análise SWOT integra a fase de diagnóstico do PDTIC e constitui importante instrumento de apoio à identificação de necessidades, priorização de ações e definição das estratégias institucionais de Tecnologia da Informação para o ciclo 2026-2029.

A matriz foi elaborada considerando as informações consolidadas ao longo do processo de construção do PDTIC, incluindo diagnósticos institucionais, reuniões da EqEPDTIC, levantamento de necessidades, análises de capacidade operacional e contexto organizacional multicampi do IFFar.

Tabela 12 – Matriz SWOT consolidada da TIC do IFFar.

FORÇAS (S - Strength)	**FRAQUEZAS (W - Weaknesses)**
S1 Processo de elaboração e acompanhamento do PDTIC consolidado desde 2014 S2 DTI estruturada como diretoria sistêmica institucional S3 Presença de CTIs em todos os campi S4 Políticas institucionais formalizadas S5 Sistemas corporativos amplamente utilizados pela instituição S6 Infraestrutura funcional para sustentação das atividades essenciais S7 CGTI ativo como instância de governança de TIC	W1 Ausência de padronização integral das CTIs W2 Carência de governança institucional de dados W3 Baixo nível de integração entre sistemas W4 Insuficiência de indicadores de desempenho e monitoramento W5 Infraestrutura tecnológica heterogênea entre os campi W6 Quadro limitado de profissionais de TI W7 Estrutura de segurança da informação parcialmente consolidada
OPORTUINDADES (O - Opportunities)	**AMEAÇAS (T - Threats)**
O1 Diretrizes e instrumentos da EFGD O2 Expansão dos serviços digitais integrados ao Gov.br O3 Evolução das soluções em nuvem e interoperabilidade O4 Ampliação do uso de APIs e integração entre sistemas institucionais O5 Fortalecimento da cultura de dados e transformação digital no setor público O6 Evolução das políticas e instrumentos de segurança da informação e LGPD O7 Avanço de soluções de automação e inteligência artificial aplicadas à gestão pública	T1 Restrições orçamentárias para investimentos em TI T2 Crescimento dos riscos cibernéticos e incidentes de segurança T3 Obsolescência acelerada da infraestrutura tecnológica T4 Dependência de sistemas legados e elevada complexidade operacional T5 Dificuldade de retenção e reposição de profissionais especializados T6 Crescente complexidade regulatória relacionada à segurança e proteção de dados T7 Crescente demanda institucional por serviços e soluções de TIC

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

A análise SWOT evidencia que a TIC do IFFar possui estrutura institucional consolidada, sustentada pela atuação da DTI, das CTIs e do CGTI, além da existência de práticas formais de planejamento institucional por meio do PDTIC desde 2014.

Em contrapartida, persistem desafios relacionados à padronização multicampi, integração de sistemas, governança de dados, segurança da informação e limitação da força de trabalho especializada. O ambiente externo apresenta oportunidades relacionadas à transformação digital, interoperabilidade e modernização dos serviços públicos digitais, ao mesmo tempo em que impõe desafios relacionados a restrições orçamentárias, riscos cibernéticos e crescente complexidade tecnológica e regulatória.

10. CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A análise da capacidade institucional de execução da TIC foi realizada com base nas informações encaminhadas pelos *campi* durante o subprocesso de diagnóstico do PDTIC 2026-2029.

O instrumento contemplou informações relacionadas ao quantitativo de servidores de TIC, capacidade estimada de suporte simultâneo a projetos, volume de chamados atendidos em 2025, distribuição percentual da capacidade entre atividades operacionais e projetos, além de registros qualitativos sobre limitações, gargalos e contexto operacional das equipes de TIC.

As informações consolidadas evidenciaram um cenário heterogêneo entre as unidades do IFFar, caracterizado por diferentes níveis de disponibilidade de força de trabalho, maturidade operacional e capacidade de execução de projetos.

De forma geral, observou-se que a maior parte da capacidade das equipes de TIC encontra-se comprometida com atividades contínuas de sustentação, suporte técnico, infraestrutura e manutenção dos serviços institucionais, reduzindo a disponibilidade para atuação em projetos estratégicos e iniciativas de transformação digital.

A relação entre quantitativo de servidores, volume de chamados e percentual de tempo destinado às atividades operacionais demonstrou que a capacidade institucional de execução da TIC não depende exclusivamente do tamanho das equipes, mas também da pressão operacional existente em cada unidade. Em diversos casos, equipes reduzidas atuam sob elevado volume de atendimento, comprometendo significativamente a disponibilidade para evolução tecnológica e implantação de novos projetos bem como do nível de centralização dos serviços institucionais de TIC.

Nesse contexto, destaca-se o *Campus* Santo Ângelo, que, mesmo possuindo apenas dois servidores de TIC, registrou 325 chamados em 2025 e informou elevado comprometimento da capacidade da equipe com atividades operacionais, restando disponibilidade reduzida para atuação em projetos. Situação semelhante é observada no

Campus Santo Augusto, que contabilizou 351 chamados no período e também relatou elevado comprometimento operacional, associado à ausência de tempo e incentivo para qualificação técnica da equipe. Os dados evidenciam elevado grau de sobrecarga operacional e baixa margem institucional para absorção de iniciativas estruturantes sem reforço da força de trabalho.

O *Campus* São Vicente do Sul apresentou um dos maiores volumes operacionais entre os *campi* analisados, com 650 chamados registrados em 2025, atendidos por uma equipe de seis servidores de TIC. A unidade informou que aproximadamente 85,5% da capacidade da equipe encontra-se direcionada às atividades operacionais e apenas 14,5% a projetos. Destaca-se que a mensuração foi baseada em dados extraídos do GLPI, conferindo maior precisão ao diagnóstico da carga operacional da unidade.

Na Reitoria, verifica-se a maior concentração institucional de demandas de TIC do IFFar. Com 14 servidores de TIC e 1.364 chamados registrados em 2025, a unidade demonstra elevado volume de sustentação relacionado aos sistemas corporativos, infraestrutura compartilhada e serviços institucionais transversais. Apesar da maior estrutura de equipe, a Reitoria informou baixa disponibilidade institucional para novos projetos, evidenciando forte comprometimento operacional decorrente da centralização dos serviços corporativos de TIC.

Por outro lado, algumas unidades demonstram maior equilíbrio relativo entre sustentação operacional e execução de projetos. O *Campus* Santa Rosa, com quatro servidores de TIC e 382 chamados registrados em 2025, informou distribuição de 60% da capacidade para operação e 40% para projetos, embora tenha destacado que iniciativas estruturantes dependem de priorização institucional. Já o *Campus* Júlio de Castilhos, com cinco servidores e 276 chamados registrados, informou capacidade de suporte simultâneo a cinco projetos, mantendo distribuição de 80% da capacidade para operação e 20% para projetos, baseada no histórico operacional do último ano.

O *Campus* Uruguaiana apresentou o menor volume de chamados entre as unidades respondentes, com 137 registros em 2025 e equipe composta por dois servidores de TIC. A unidade estimou capacidade de suporte simultâneo a até seis projetos e distribuição de 70% da capacidade para operação e 30% para projetos. Apesar do cenário relativamente mais favorável em relação à pressão operacional, a unidade relatou forte concentração das atividades em infraestrutura e sustentação de serviços essenciais, o que exige cautela na ampliação de novas demandas sem fortalecimento da equipe.

Também foram identificadas fragilidades relacionadas à governança e ao monitoramento operacional. O *Campus* São Borja não apresentou dados quantitativos relacionados a chamados, distribuição da capacidade operacional ou suporte a projetos, relatando ausência de mecanismos formais de governança e registro operacional. Essa limitação compromete a capacidade institucional de mensuração da carga de trabalho, monitoramento da capacidade de execução e planejamento das ações de TIC da unidade.

A Tabela 13 apresenta a consolidação das informações relacionadas à capacidade institucional de execução da TIC nas unidades do IFFar.

Tabela 13 – Capacidade institucional de execução da TIC do IFFar.

Unidade	Servidores de TI	Projetos Simultâneos Suportados	Quant. Chamados 2025	% Tempo Operacional	% Tempo Projetos	Observações
Júlio de Castilhos	5	5	276	80%	20%	Capacidade baseada no histórico dos últimos dois anos.
Panambi	3	4	499	60%	40%	Projetos de maior porte são priorizados, preservando o atendimento às demandas rotineiras e à comunidade acadêmica.
Santa Rosa	4	4	382	60%	40%	Projetos estruturantes dependem da priorização institucional das demandas.
Santo Ângelo	2	2	325	90%	10%	Equipe reduzida e baixa disponibilidade para evolução de projetos.
Santo Augusto	3	Não informado	351	90%	10%	Relatada ausência de tempo e incentivo para qualificação técnica.
São Borja	4	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Unidade relatou ausência de mecanismos formais de governança e registro operacional.
São Vicente do Sul	6	3	650	85,5%	14,5%	Mensuração baseada na análise de chamados do GLPI.
Uruguaiana	2	6	137	70%	30%	Forte concentração operacional em infraestrutura e serviços essenciais.
Reitoria	14	10	1364	90%	10%	Alta demanda de sustentação dos sistemas corporativos e serviços institucionais compartilhados.

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

Os resultados desta análise subsidiaram diretamente a consolidação do Inventário de Necessidades e a definição das prioridades estratégicas, metas e ações do PDTIC 2026-2029.

11. INVENTÁRIO DE NECESSIDADES

O Inventário de Necessidades representa a consolidação sistemática e priorizada das demandas de TIC identificadas durante o subprocesso de Diagnóstico. Constitui o principal insumo para a fase de Planejamento, organizando e estruturando as necessidades institucionais relacionadas à informação, serviços, infraestrutura, contratações e pessoal de TIC, com alinhamento às estratégias institucionais e rastreabilidade metodológica.

No contexto do Instituto Federal Farroupilha, o Inventário de Necessidades subsidia diretamente a definição das metas, ações, indicadores, contratações e prioridades estratégicas do ciclo 2026–2029, refletindo demandas operacionais, necessidades históricas, contribuições multicampi obtidas por meio do Formulário de Levantamento de Necessidades (FLN) e o alinhamento aos principais instrumentos estratégicos institucionais e governamentais, especialmente ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao Plano Plurianual (PPA), à Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD), ao Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), quando aplicável, e à Carta de Serviços ao Cidadão.

11.1 Plano de Levantamento das Necessidades

O planejamento das atividades de levantamento das necessidades institucionais de TIC foi executado entre 12/12/2025 e 16/12/2025, sendo validado pela EqEPDTIC 2026-2029 e aprovado pelo CGTI. O processo de levantamento foi conduzido de forma multicampi e participativa, utilizando diferentes fontes institucionais e referenciais estratégicos para ampliar a rastreabilidade, a abrangência e a maturidade do diagnóstico institucional..

Entre os referenciais adotados destaca-se a Carta de Serviços ao Cidadão do Instituto Federal Farroupilha, considerada na identificação das necessidades relacionadas ao aprimoramento dos serviços prestados à sociedade, à melhoria da experiência dos usuários e à geração de valor público, em consonância com os princípios da EFGD.

a) Formulário de Levantamento de Necessidades — FLN

Instrumento estruturado de coleta institucional, elaborado para captura padronizada de demandas relacionadas a sistemas, informações, infraestrutura, serviços, contratações e pessoal de TI. O FLN foi disponibilizado por meio do LimeSurvey institucional no período de 17/12/2025 a 07/01/2026, com divulgação institucional pela Reitoria, campi e Secretaria de Comunicação (Secom), resultando em 468 respostas. O FLN encontra-se disponível no Anexo II.

b) Relatório de Resultados do PDTIC 2023-2025

Documento utilizado para identificação de ações executadas, parcialmente executadas ou não executadas no ciclo anterior, permitindo a identificação de necessidades reprimidas, limitações operacionais, dificuldades recorrentes e demandas que exigem continuidade no ciclo 2026-2029.

c) Relatórios Institucionais da Comissão Própria de Avaliação — CPA

Relatórios utilizados para identificar percepções da comunidade acadêmica relacionadas à infraestrutura tecnológica, serviços digitais, conectividade, disponibilidade dos sistemas institucionais e qualidade dos serviços de TIC.

d) Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026 — PDI

Fonte estratégica utilizada para identificação de necessidades relacionadas à transformação digital, integração multicampi, modernização administrativa, ensino, pesquisa, extensão e qualificação da gestão institucional.

e) Backlog Institucional da EqEPDTIC 2026-2029

Conjunto de demandas estratégicas e operacionais consolidadas a partir de registros históricos da DTI, CTIs e necessidades acumuladas ao longo dos ciclos anteriores do PDTIC.

f) Estratégia Federal de Governo Digital e normativos federais

Utilizados para identificação de necessidades relacionadas à governança digital, interoperabilidade, segurança da informação, proteção de dados, serviços digitais, automação de processos e experiência do usuário.

11.2 Identificação das Necessidades de TIC

As necessidades institucionais foram organizadas nas categorias de Informação, Serviços de TIC, Infraestrutura de TIC, Contratação de TIC e Pessoal de TIC. Ao todo, foram identificadas 117 necessidades institucionais, sendo:

- 10 Necessidades de Informação; e
- 107 Necessidades de Tecnologia da Informação.

As necessidades identificadas refletem tanto demandas operacionais quanto necessidades estratégicas relacionadas à continuidade dos serviços institucionais, transformação digital, modernização da infraestrutura tecnológica, fortalecimento da governança de TIC, segurança da informação, integração multicampi e ampliação da capacidade institucional de execução da TIC.

Observa-se predominância de demandas associadas à sustentação e evolução da infraestrutura tecnológica institucional, à segurança e proteção de dados, à modernização dos serviços digitais e à ampliação da maturidade institucional em governança digital, evidenciando alinhamento direto às diretrizes do PDI 2019-2026, à Estratégia Federal de Governo Digital e aos desafios operacionais identificados no ciclo anterior do PDTIC.

11.2.1 Necessidades de Informação

As Necessidades de Informação concentram demandas relacionadas à integração, disponibilidade, consolidação e utilização estratégica das informações institucionais, visando a apoiar a tomada de decisão, o monitoramento institucional, a governança de dados e a transformação digital. Foram identificadas 10 Necessidades de Informação alinhadas aos objetivos estratégicos do PDI e aos eixos da EFGD, envolvendo principalmente iniciativas relacionadas à integração de informações institucionais, modernização da gestão de processos, governança e qualidade de dados, inteligência institucional, transparência ativa, interoperabilidade de sistemas e apoio à gestão estratégica multicampi.

11.2.2 Necessidades de Serviços de TIC

As Necessidades de Serviços contemplam demandas relacionadas à sustentação, modernização e ampliação dos serviços institucionais oferecidos pela TIC, incluindo serviços digitais, suporte técnico, conectividade, atendimento aos usuários e evolução dos ambientes tecnológicos institucionais.

Destacam-se necessidades relacionadas à continuidade e disponibilidade dos serviços digitais institucionais (ID 8), à automação e digitalização de processos acadêmicos e administrativos (ID 23), bem como ao fortalecimento da proteção dos dados pessoais e da resiliência dos serviços digitais frente a incidentes cibernéticos (ID 1).

Também foram identificadas demandas relacionadas à melhoria da experiência do usuário, padronização multicampi dos serviços institucionais, ampliação dos mecanismos de monitoramento operacional e fortalecimento da gestão de serviços de TIC, visando **a** ampliar a disponibilidade, confiabilidade e eficiência dos serviços prestados à comunidade acadêmica e administrativa.

11.2.3 Necessidades de Infraestrutura de TIC

As Necessidades de Infraestrutura representam parcela significativa das demandas identificadas no levantamento institucional, refletindo limitações operacionais históricas, crescimento do consumo de serviços digitais e necessidade de modernização da infraestrutura multicampi do IFFar.

Destacam-se necessidades relacionadas à mitigação do risco de perda de informações históricas institucionais e recuperação de serviços em caso de falhas (ID 5), à sustentabilidade e modernização do ciclo de vida da infraestrutura tecnológica institucional (ID 15) e à padronização institucional da arquitetura da solução wireless (ID 31).

Também foram identificadas demandas relacionadas à continuidade operacional dos ambientes críticos de TIC, modernização de servidores, fortalecimento da resiliência da infraestrutura institucional, evolução dos mecanismos de backup e armazenamento e ampliação da disponibilidade dos serviços digitais institucionais.

11.2.4 Necessidades de Contratação de TIC

As Necessidades de Contratação contemplam demandas relacionadas à aquisição, renovação ou ampliação de contratos, soluções tecnológicas, licenciamento de software, serviços especializados e infraestrutura necessária para sustentação das ações estratégicas previstas no PDTIC. Entre os principais temas identificados destacam-se necessidades relacionadas à aquisição e à renovação de soluções de segurança da informação, modernização da infraestrutura tecnológica institucional (ID 15), ampliação da infraestrutura wireless multicampi (ID 25) e evolução dos mecanismos de backup e recuperação de desastres (ID 5).

11.2.5 Necessidades de Pessoal de TIC

As Necessidades de Pessoal refletem os resultados da análise da capacidade institucional de execução da TIC, evidenciando limitações relacionadas à disponibilidade da força de trabalho especializada, sobrecarga operacional das equipes e necessidade de fortalecimento institucional das CTIs e da DTI. Entre os principais temas identificados destacam-se iniciativas relacionadas à ampliação da força de trabalho especializada, capacitação técnica continuada, fortalecimento das competências em segurança da informação, desenvolvimento de competências em governança digital, ampliação da capacidade de execução de projetos e redução da dependência operacional das equipes locais de TIC.

11.3 Critérios de Priorização

Para priorização das necessidades institucionais, foi utilizada a Matriz GUT-AL Adaptada, metodologia baseada nos critérios Gravidade, Urgência e Tendência, acrescida das dimensões Abrangência e Legalidade, no sentido de ampliar a aderência ao contexto institucional e às diretrizes de governança pública. A metodologia foi aplicada durante as reuniões da EqEPDTIC realizadas entre janeiro e fevereiro de 2026.

Considerando a estrutura multicampi do Instituto Federal Farroupilha, a metodologia também permitiu equalizar demandas institucionais comuns entre as unidades, reduzindo distorções locais e ampliando o alinhamento institucional das prioridades estratégicas de TIC.

Tabela 14 – Matriz GUT-AL.

Critério	1 (Menor)	2	3	4	5 (Maior)
Gravidade	Sem gravidade	Pouco grave	Grave	Muito grave	Extremamente grave
Urgência	Pode esperar	Pouco urgente	O mais rápido possível	É urgente	Precisa de ação imediata
Tendência	Não irá mudar	Irá piorar a longo prazo	Irá piorar	Irá piorar em pouco tempo	Se nada for feito, irá piorar rapidamente
Abrangência	Setor IFFar	Unidade IFFar	Um segmento da comunidade IFFar	Comunidade IFFar	Sociedade e Comunidade IFFar
Legalidade	Sem necessidade legal	Política interna da DTI	Política institucional	Instrução Normativa ou Portaria	Lei ou decreto

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

A classificação final das necessidades de TIC foi obtida pela multiplicação dos critérios Gravidade, Urgência, Tendência, Abrangência e Legalidade (G × U × T × A × L), permitindo estabelecer uma priorização objetiva, transparente e alinhada às necessidades institucionais, subsidiando a definição das iniciativas estratégicas do ciclo 2026-2029.

Concluída a classificação técnica, a priorização foi validada pela EqEPDTIC e pelo CGTI, considerando também o potencial de geração de valor público, o alinhamento à EFGD e a contribuição das iniciativas para o aprimoramento dos serviços constantes da Carta de Serviços ao Cidadão do Instituto Federal Farroupilha. Dessa forma, as prioridades de TIC refletem não apenas critérios técnicos, mas também os benefícios institucionais e sociais decorrentes de sua implementação.

11.4 Inventário de Necessidades Consolidado

Após a consolidação e priorização das demandas institucionais, o Inventário de Necessidades do PDTIC 2026-2029 totalizou 117 necessidades institucionais, distribuídas entre Necessidades de Informação e Necessidades de TIC.

A Tabela 15 apresenta exemplos de necessidades institucionais priorizadas a partir da aplicação da metodologia GUT-AL, evidenciando demandas estratégicas relacionadas à segurança da informação, infraestrutura tecnológica, conectividade institucional, transformação digital e fortalecimento da capacidade institucional de execução da TIC.

Tabela 15 – Exemplos de Necessidades Inventariadas Priorizadas.

ID	Necessidade	Prioridade GUT-AL
1	Garantir a proteção dos dados pessoais de alunos e servidores do IFFar e a resiliência dos serviços digitais contra ataques cibernéticos.	900
5	Mitigar o risco de perda de informações históricas de alunos e servidores do IFFar e garantir a rápida recuperação de serviços em caso de falhas.	2500
8	Garantir a proteção, a integridade e a disponibilidade das informações e dos serviços institucionais digitais, prevenindo incidentes de segurança da informação e assegurando a continuidade das atividades finalísticas, administrativas e de atendimento ao cidadão.	900
14	Garantir o aprendizado contínuo das equipes de desenvolvimento de sistemas institucionais, através de cursos e treinamentos, com empresas privadas e/ou parcerias com empresas públicas (IFs ou UFs).	720
15	Assegurar a sustentabilidade, a modernização e o adequado ciclo de vida da infraestrutura tecnológica institucional, reduzindo riscos de obsolescência e indisponibilidade.	1280
21	Assegurar o desenvolvimento contínuo das competências técnicas e gerenciais da equipe de TIC, alinhando conhecimentos, habilidades e atitudes às necessidades institucionais.	1280
22	Promover capacitação específica em governança de TIC, gestão de dados, segurança da informação e conformidade normativa, fortalecendo a maturidade institucional.	1024
23	Necessidade de automação e digitalização de processos acadêmicos e administrativos.	1600
25	Assegurar cobertura Wi-Fi adequada, estável e padronizada em todos os ambientes acadêmicos e administrativos, compatível com o uso intensivo de sistemas institucionais.	2500

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

Entre as necessidades de maior priorização destacam-se demandas relacionadas à proteção de dados pessoais, continuidade dos serviços digitais, mitigação do risco de perda de informações institucionais, modernização da infraestrutura tecnológica, ampliação e padronização da conectividade wireless multicampi, automação de processos acadêmicos e administrativos e fortalecimento das competências técnicas e gerenciais das equipes de TIC.

Embora todas as 117 necessidades identificadas tenham sido analisadas e priorizadas pela EqEPDTIC, 31 não foram selecionadas para desdobramento no Plano de Metas e Ações do PDTIC 2026-2029. Essas necessidades permanecem registradas e devidamente

identificadas no Inventário de Necessidades de TIC, podendo subsidiar futuras revisões do PDTIC ou ciclos posteriores de planejamento, considerando as limitações da capacidade institucional de execução da TIC, especialmente quanto à disponibilidade de força de trabalho especializada, às competências técnicas necessárias e aos recursos institucionais disponíveis. A fundamentação técnica dessa decisão consta do Ofício nº 3/2026 – CSIRT (Processo nº 23873.002054/2026-83).

Os inventários completos de Necessidades de Informação e Necessidades de TIC encontram-se disponibilizados no Portal do PDTIC do IFFar, em planilhas específicas contendo a descrição integral das necessidades, origem da demanda, área relacionada, alinhamento estratégico, classificação por categoria e respectivos critérios de priorização GUT-AL, assegurando rastreabilidade metodológica, transparência institucional e suporte às etapas subsequentes de planejamento do PDTIC 2026-2029.

11.5 Alinhamento das Necessidades de TIC às Estratégias da Organização

As necessidades institucionais de TIC identificadas durante o subprocesso de Diagnóstico foram alinhadas às estratégias institucionais, considerando os objetivos do PDI 2019-2026, as diretrizes da EFGD, os resultados da análise SWOT institucional, as limitações identificadas na capacidade institucional de execução da TI e os resultados do ciclo anterior do PDTIC.

O alinhamento realizado permitiu estabelecer rastreabilidade entre as necessidades identificadas e os objetivos estratégicos institucionais, subsidiando diretamente a definição das metas, ações, indicadores e iniciativas estratégicas previstas para o ciclo do PDTIC 2026-2029.

11.6 Aprovação do Inventário de Necessidades

Após a consolidação das necessidades institucionais, aplicação da metodologia de priorização GUT-AL e realização do alinhamento estratégico institucional, o Inventário de Necessidades foi submetido à apreciação do CGTI, sendo aprovado em reunião realizada em 6 de março de 2026.

A partir da aprovação do Inventário, foi formalizada a validação institucional das demandas identificadas, dos critérios de priorização aplicados e dos direcionamentos estratégicos associados ao planejamento de TIC do ciclo 2026-2029, constituindo o principal insumo para a etapa subsequente de Planejamento do PDTIC.

12. PLANO DE METAS E AÇÕES

Em conformidade com o Guia de PDTIC do SISP v2.1, a etapa de Planejamento do PDTIC 2026-2029 tem por finalidade definir as iniciativas necessárias para o atendimento das necessidades identificadas durante o diagnóstico, estabelecendo metas, ações, indicadores, responsáveis, prazos e recursos necessários à sua execução.

Considerando a priorização realizada e a capacidade institucional de execução da TIC estimada na seção 10 deste PDTIC, as necessidades inventariadas foram agrupadas em iniciativas estratégicas correlatas, permitindo racionalizar o planejamento, otimizar a utilização dos recursos disponíveis e ampliar a capacidade de monitoramento dos resultados.

Como resultado desse processo, foram definidas 34 metas para o ciclo 2026-2029, abrangendo temas relacionados à infraestrutura tecnológica, conectividade, segurança da informação, proteção de dados pessoais, governança digital, transformação digital, sistemas institucionais, gestão de serviços e desenvolvimento de pessoas. A Tabela 16 apresenta a relação consolidada das metas estratégicas definidas para o ciclo 2026-2029.

Tabela 16 – Relação das Metas do PDTIC 2026-2029.

Meta	Descrição da Meta
Meta 01	Modernizar 100% a infraestrutura de armazenamento (backup e storage) do datacenter institucional até 2027.
Meta 02	Modernizar 100% a infraestrutura de servidores do datacenter institucional até 2029.
Meta 03	Executar o retrofit completo do datacenter da Reitoria em conformidade com requisitos equivalentes ao padrão Tier 2 até 2029.
Meta 04	Adquirir e instalar solução institucional de monitoramento CFTV para todas as unidades do IFFar até 2027.
Meta 05	Atualizar anualmente, no mínimo, 10% do parque computacional institucional até 2029.
Meta 06	Promover ações anuais de capacitação técnica para os servidores de TIC do IFFar até 2029.
Meta 07	Capacitar os servidores de TIC nas competências mais carentes identificadas nacionalmente pelo Forti até 2029.
Meta 08	Promover ações de capacitação gerencial e liderança para os gestores de TIC até 2029.

Meta	Descrição da Meta
Meta 09	Incentivar a obtenção de certificações profissionais reconhecidas para os servidores de TIC até 2029.
Meta 10	Implementar os ciclos anuais do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI 2.0) até 2029.
Meta 11	Modernizar a infraestrutura de firewall, controle de domínio e segurança da rede institucional até 2029.
Meta 12	Promover a evolução, integração e modernização do SIG para melhoria contínua dos processos acadêmicos e administrativos até 2029.
Meta 13	Promover a evolução, sustentação e modernização do Sistema Orbital até 2027.
Meta 14	Modernizar e evoluir o Sistema de Seleção Institucional até 2027.
Meta 15	Desenvolver, implantar e consolidar o Sistema Formaliza para gestão de compras e contratos até 2026.
Meta 16	Avaliar e testar soluções integradas de gestão institucional até 2027.
Meta 17	Desenvolver e implantar sistema institucional para gestão dos atendimentos de saúde até 2029.
Meta 18	Implantar arquitetura institucional padronizada de rede wireless no IFFar até 2027.
Meta 19	Implantar mecanismos de redundância e alta disponibilidade da conectividade institucional até 2028.
Meta 20	Modernizar a infraestrutura de fibra óptica dos campi com demandas prioritárias até 2029.
Meta 21	Avaliar, modernizar e fortalecer o ambiente institucional Moodle do IFFar até 2028.
Meta 22	Implementar o catálogo institucional de serviços digitais de TI integrado aos canais de atendimento até 2028.
Meta 23	Implementar e fortalecer o Plano de Transformação Digital do IFFar até 2029.
Meta 24	Atualizar e ampliar a Política de Dados Abertos do IFFar até 2029.
Meta 25	Implantar ferramenta institucional para consulta e pesquisa de diplomas de graduação até 2028.
Meta 26	Padronizar e ampliar o uso institucional do GLPI como plataforma de gestão de TIC até 2027.
Meta 27	Elevar o Índice de Governança e Gestão de TIC (iGovSISP) do IFFar para nível

Meta	Descrição da Meta
	aprimorado de maturidade até 2029.
Meta 28	Garantir a continuidade, a sustentação orçamentária e a renovação dos contratos vigentes de TIC até 2029.
Meta 29	Planejar, contratar e implantar novas soluções e serviços estratégicos de TIC para a Reitoria e os campi do IFFar até 2029.
Meta 30	Estruturar, padronizar e institucionalizar os principais processos de TIC do IFFar com base nas boas práticas do ITIL até 2029.
Meta 31	Disponibilizar ambiente computacional para hospedagem de projetos de TIC, pesquisa aplicada, inovação e desenvolvimento tecnológico do Campus Frederico Westphalen até 2029.
Meta 32	Aprimorar os mecanismos de monitoramento, avaliação e governança da execução do PDTIC até 2029.
Meta 33	Estruturar diretrizes institucionais para tecnologias emergentes e infraestrutura digital até 2029.
Meta 34	Fortalecer a geração de valor público por meio da melhoria contínua dos serviços digitais do IFFar até 2029.

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

As metas apresentadas foram estruturadas de forma a assegurar o atendimento das necessidades priorizadas durante o diagnóstico institucional, observando a capacidade de execução da TIC, a disponibilidade estimada de recursos, os objetivos estratégicos institucionais e as diretrizes estabelecidas para a transformação digital, governança, segurança da informação e modernização dos serviços digitais do Instituto Federal Farroupilha.

Tabela 17 – Meta 01.

Meta 01 - Modernizar 100% a infraestrutura de armazenamento (backup e storage) do datacenter institucional até 2027.				
Necessidades ID 05 - Mitigar o risco de perda de informações históricas de alunos e servidores do IFFar e garantir a rápida recuperação de serviços em caso de falhas. ID 07 - Garantir a continuidade e a disponibilidade dos serviços institucionais digitais, assegurando o funcionamento ininterrupto dos sistemas críticos necessários às atividades finalísticas, acadêmicas, administrativas e de atendimento ao cidadão. ID 15 - Assegurar a sustentabilidade, a modernização e o adequado ciclo de vida da infraestrutura tecnológica institucional, reduzindo riscos de obsolescência e indisponibilidade. ID 33 - Garantir a alta disponibilidade e redundância energética no Datacenter.				
Ação	Resp.	Prazo	Recursos Humanos (Quantidade/ Competência)	Recurso Orçamentário (R$)
A1. Planejar e conduzir os procedimentos administrativos e licitatórios necessários à aquisição da nova solução de armazenamento corporativo (storage), em conformidade com a legislação vigente e com os requisitos técnicos e institucionais.	*DTI CIN DCLC*	*Dez/ 2026*	*1 Administrador 2 Analistas de TI 2 Técnicos de TI*	*R$ 2.500.000,00*
A2. Implantar, instalar e configurar a nova infraestrutura de armazenamento, observando padrões técnicos, requisitos de segurança da informação, boas práticas de operação de datacenters e compatibilidade com os ambientes de servidores e sistemas existentes.	*CIN*	*Mai/ 2027*	*1 Analista de TI 2 Técnicos de TI*	
A3. Elaborar e executar plano de migração dos dados, sistemas e serviços para a nova infraestrutura de storage, de forma gradual, controlada e segura, com a realização de testes de integridade, desempenho e disponibilidade a cada etapa do processo.	*CIN*	*Mai/ 2027*	*1 Analista de TI 2 Técnicos de TI*	
A4. Promover a capacitação técnica das equipes responsáveis pela administração, operação e manutenção da solução de armazenamento, visando assegurar a adequada gestão, continuidade operacional e sustentabilidade da infraestrutura implantada.	*DTI CIN*	*Dez/ 2027*	*1 Analista de TI 2 Técnicos de TI*	Orçamento incluído na A1.
Indicador				
I01.1: Percentual de infraestrutura de armazenamento modernizada. *(Quantidade de componentes da infraestrutura de armazenamento modernizados ÷ Quantidade total de componentes previstos no projeto de modernização) × 100*			***100%***	***Peso: 100%***

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

Tabela 18 – Meta 06.

Meta 06 - Promover, anualmente, ações de capacitação técnica com carga horária mínima de 40 horas para ao menos 80% dos servidores de TI do IFFar que não ocupam cargos formais de chefia até 2029.				
Necessidades ID 14 - Garantir o aprendizado contínuo das equipes de desenvolvimento de sistemas institucionais, através de cursos e treinamentos, com empresas privadas e/ou parcerias com empresas públicas. ID 21 - Assegurar o desenvolvimento contínuo das competências técnicas e gerenciais da equipe de TIC, alinhando conhecimentos, habilidades e atitudes às necessidades institucionais. ID 22 - Promover capacitação específica em governança de TIC, gestão de dados, segurança da informação e conformidade normativa, fortalecendo a maturidade institucional. ID 30 - Promover capacitação contínua sobre segurança digital, proteção de dados pessoais e boas práticas no uso dos sistemas institucionais. ID 39 - Oferecer treinamento e cursos para atender a necessidade de capacitação dos servidores de TI.				
Ação	Resp.	Prazo	Recursos Humanos (Quantidade/ Competência)	Recurso Orçamentário (R$)
A1. Disponibilizar, divulgar e incentivar, anualmente, a participação dos servidores de TI do IFFar em cursos, trilhas e ações de capacitação técnica ofertados gratuitamente pela ESR/RNP, bem como por instituições públicas parceiras e empresas especializadas.	*DTI CGTI*	*Contínuo até 2029*	*Equipe de TIC do IFFar*	*R$30.000,00*
A2. Acompanhar e incentivar a participação dos servidores de TI do IFFar nas ações de capacitação técnica, visando atingir o percentual mínimo de participação previsto na meta institucional.	*DTI CGTI*	*Contínuo até 2029*	*Equipe de TIC do IFFar*	
Indicador				
I06.1: Taxa de participação em capacitações técnicas. *(Nº de servidores de TI não ocupantes de cargos de chefia que participaram de capacitações ÷ Total de servidores de TI não ocupantes de cargos de chefia) × 100*			***≥ 80%***	***Peso: 100%***

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

Tabela 19 – Meta 15.

Meta 15 – Desenvolver, implantar e consolidar o Sistema Formaliza (Compras e Contratos) como solução institucional de apoio à gestão de compras e contratos até 2026.				
Necessidades ID 16 - Assegurar a integração e a interoperabilidade dos sistemas institucionais, viabilizando o uso consistente das informações, a automatização de processos e a melhoria dos serviços prestados. ID 17 - Garantir a sustentação, a evolução contínua e a confiabilidade dos sistemas corporativos institucionais, assegurando suporte às atividades acadêmicas, administrativas e de gestão. ID 23 - Necessidade de automação e digitalização de processos acadêmicos e administrativos.				
Ação	Resp.	Prazo	Recursos Humanos (Quantidade/ Competência)	Recurso Orçamentário (R$)
A1. Levantar, consolidar, analisar e priorizar os requisitos funcionais e as demandas institucionais necessárias ao desenvolvimento e implantação do Sistema Formaliza, considerando integração, automação e aderência aos processos institucionais de compras e contratos.	*CSI/ PROAD*	*Ago/ 2026*	*1 Analista de TI 1 Representante da PROAD*	
A2. Desenvolver, implantar e disponibilizar o Sistema Formaliza, contemplando funcionalidades de automação, integração, controle e suporte aos processos institucionais de compras e contratos.	*CSI*	*Dez/ 2026*	*1 Analista de TI*	
A3. Realizar homologações funcionais, testes e validações do Sistema Formaliza, assegurando aderência às necessidades institucionais e apoio à implantação e consolidação da solução.	*CSI/ PROAD*	*Dez/ 2026*	*1 Analista de TI 1 Representante da PROAD*	
Indicador				
I15.1: Percentual de funcionalidades e requisitos do Sistema Formaliza implementados em relação ao planejamento estabelecido. *(Quantidade de funcionalidades e requisitos implementados ÷ Quantidade total de funcionalidades e requisitos planejados) × 100*			***100%***	***Peso: 100%***

Fonte Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

O Plano de Metas e Ações completo, contendo a íntegra das 34 metas e seus respectivos detalhamentos, encontra-se disponibilizado para consulta pública no endereço a seguir:Portal do PDTIC do IFFar.

13. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

O Plano de Gestão de Pessoas do PDTIC 2026-2029 tem por objetivo assegurar que o Instituto Federal Farroupilha disponha da força de trabalho e das competências necessárias para sustentar os serviços institucionais e executar as iniciativas estratégicas previstas neste PDTIC.

Em consonância com o Guia de PDTIC do SISP v2.1, foram analisadas a força de trabalho de TIC do Instituto Federal Farroupilha, sua capacidade de execução, as competências institucionais existentes, as lacunas identificadas durante o diagnóstico e as estratégias de desenvolvimento necessárias para o período de vigência deste Plano.

Além das orientações do Guia de PDTIC do SISP v2.1, foram adotados como referências a Política Nacional de Capacitação em Tecnologia da Informação da Rede Federal (Forti), os referenciais do Projeto Conecta Rede e o framework SFIA.

As ações de capacitação previstas nas Metas 06, 07, 08 e 09 estão alinhadas a esses referenciais e visam fortalecer continuamente as competências necessárias à governança, à segurança da informação, aos serviços digitais e à transformação digital do IFFar.

13.1 Composição da Força de Trabalho de TIC

A capacidade institucional de execução da TIC foi analisada durante o subprocesso de Diagnóstico, conforme apresentado na Seção 10 deste PDTIC.

Para esta análise, foram considerados exclusivamente os profissionais que atuam diretamente nas atividades de TIC da DTI e das CTIs dos *campi*. Não foram contabilizados servidores cedidos a outros órgãos ou lotados em unidades administrativas distintas da área de TIC. O *Campus* Alegrete não encaminhou as informações solicitadas durante a etapa de levantamento e, por esse motivo, seus dados não integram a presente análise.

O levantamento identificou 49 profissionais atuando diretamente em atividades de TIC no IFFar, distribuídos entre a Reitoria e os *campi*, conforme apresentado na Tabela abaixo.

Tabela 20 – Composição da Força de Trabalho de TIC por Unidade.

Unidade	Analistas de TI	Técnicos de TI	Outros Profissionais atuando em TI	Total
Reitoria	6	8	0	14
Frederico Westphalen	1	3	0	4
Jaguari	0	2	0	2
Júlio de Castilhos	0	5	0	5
Panambi	1	2	0	3
Santa Rosa	1	3	0	4
Santo Ângelo	0	2	0	2
Santo Augusto	2	1	0	3
São Borja	1	2	1	4
São Vicente do Sul	1	4	1	6
Uruguaiana	1	1	0	2
Alegrete	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Total	14	33	2	49

Fonte: Levantamento realizado pelas unidades durante a elaboração do PDTIC 2026-2029.

A composição da força de trabalho evidenciou a predominância de profissionais ocupantes do cargo de Técnico de Tecnologia da Informação, que representam aproximadamente 67% dos profissionais identificados, enquanto os Analistas de Tecnologia da Informação correspondem a aproximadamente 29% da força de trabalho analisada. Os demais profissionais representam cerca de 4% do total e atuam em atividades específicas de apoio à gestão e à operação das unidades de TIC.

Essa distribuição demonstra que a estrutura de pessoal do IFFar possui forte orientação para atividades operacionais e de sustentação dos serviços institucionais, refletindo a necessidade permanente de manutenção da infraestrutura tecnológica, suporte aos usuários, administração de sistemas e operação dos ambientes computacionais.

Também foi identificada significativa heterogeneidade entre as unidades quanto ao quantitativo de profissionais, à especialização técnica e à disponibilidade para execução de projetos. Os resultados do diagnóstico demonstraram que parcela expressiva da capacidade

operacional das equipes encontra-se comprometida com atividades permanentes de sustentação, reduzindo a disponibilidade para atuação simultânea em iniciativas estratégicas.

Nesse contexto, a execução das metas previstas neste PDTIC dependerá da manutenção da força de trabalho existente, do fortalecimento contínuo das competências institucionais, do compartilhamento de conhecimentos entre as unidades e da adequada priorização das iniciativas estratégicas ao longo de sua vigência, especialmente nos domínios de governança digital, segurança cibernética, desenvolvimento de sistemas e governança de dados.

13.2 Competências Institucionais de TIC

Conforme orienta a Política Nacional de Capacitação em TIC da Rede Federal, a gestão da força de trabalho deve estar fundamentada na identificação das competências necessárias ao exercício das atividades de TIC, permitindo identificar competências existentes, lacunas de conhecimento e necessidades de desenvolvimento profissional.

Para fins deste PDTIC, as competências foram agrupadas em cinco domínios estratégicos adotados pelo Projeto Conecta Rede, pelo Forti e pelo framework SFIA (Skills Framework for the Information Age). Esses domínios representam as principais áreas de atuação da TIC e serviram de referência para análise da força de trabalho institucional.

Tabela 21 – Domínios de Competências Relacionados às Metas do PDTIC.

Domínio	Principais Temas Relacionados
GOV Governança e Gestão	Governança Digital, PDTIC, PTD, PDA, Contratações, Gestão de Serviços e Projetos
SEG Segurança Cibernética	Segurança da Informação, LGPD, Gestão de Riscos, Continuidade e Cibersegurança
OPS Operações de TIC	Infraestrutura, Redes, Datacenter, Backup, Storage, Servidores e Suporte
DEV Desenvolvimento	Desenvolvimento e Sustentação de Sistemas Institucionais
DAD Dados	Governança de Dados, Dados Abertos, Inteligência Institucional e Gestão de Dados

Fonte: Adaptado do Projeto Conecta Rede, SFIA e FORTI.

Com base nos perfis profissionais informados pelas unidades durante o processo de elaboração deste PDTIC, foi realizada uma análise qualitativa da cobertura institucional desses domínios de competências, buscando identificar áreas com maior concentração de conhecimentos e áreas que demandam fortalecimento ao longo da vigência do Plano.

Tabela 22 – Cobertura Institucional dos Domínios de Competências.

Domínio	Principais Áreas de Atuação	Perfil Predominante	Situação Atual
GOV	Planejamento, coordenação e gestão	Analistas e Coordenadores	Adequadamente representado
SEG	Segurança da informação e gestão de riscos	Analistas de TI	Parcialmente representado
OPS	Infraestrutura, redes, suporte e serviços	Técnicos e Analistas de TI	Amplamente representado
DEV	Sistemas institucionais e desenvolvimento	Analistas e Técnicos de TI	Parcialmente representado
DAD	Governança e gestão de dados	Analistas de TI	Necessita fortalecimento

Fonte Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

A análise evidencia predominância de profissionais com atuação nos domínios de Operações de TIC (OPS), Infraestrutura, Redes e Suporte, refletindo a necessidade permanente de sustentação dos serviços institucionais.

Constatou-se, ainda, a existência de competências distribuídas entre os domínios de Governança e Gestão (GOV), Segurança Cibernética (SEG) e Desenvolvimento (DEV), embora parte dessas competências esteja concentrada em número reduzido de profissionais.

O domínio Governança e Gestão de Dados (DAD) apresenta a principal lacuna institucional identificada, especialmente em competências relacionadas à governança de dados, arquitetura de dados, analytics e inteligência institucional.

Também foram identificadas oportunidades de fortalecimento nos domínios de Segurança Cibernética (SEG), particularmente em monitoramento de segurança, resposta a incidentes e gestão avançada de riscos, bem como no domínio Desenvolvimento (DEV), com foco em integração de sistemas, arquitetura de soluções e evolução dos sistemas institucionais.

De forma geral, observou-se que a força de trabalho de TIC do IFFar apresenta maior concentração de competências associadas à sustentação dos serviços institucionais, especialmente nos domínios OPS e GOV. Em contrapartida, as competências relacionadas

aos domínios SEG, DEV e DAD apresentam menor grau de maturidade institucional, constituindo prioridades para as ações de capacitação e desenvolvimento previstas neste PDTIC.

As lacunas identificadas nos domínios SEG, DEV e DAD subsidiaram diretamente a definição das ações de capacitação previstas nas Metas 06, 07, 08 e 09 do Plano de Metas e Ações, estabelecendo uma relação direta entre o diagnóstico das competências institucionais e as estratégias de desenvolvimento da força de trabalho previstas neste PDTIC.

13.3 Compartilhamento de Recursos e Cooperação Institucional

Considerando a estrutura multicampi do Instituto Federal Farroupilha e as limitações de capacidade operacional identificadas durante o diagnóstico, a execução das metas previstas neste PDTIC exigirá atuação integrada entre a DTI, as CTIs e as áreas de negócio responsáveis pelas iniciativas institucionais.

Sempre que possível, competências especializadas deverão ser compartilhadas entre unidades, especialmente nos domínios GOV, SEG, DEV e DAD, reduzindo riscos de concentração de conhecimento e ampliando a capacidade institucional de execução.

A cooperação entre unidades constitui fator fundamental para viabilizar iniciativas estratégicas de alcance institucional sem necessidade de replicação integral de competências em todos os *campi*.

13.4 Necessidade de Apoio Especializado

A execução de determinadas metas poderá demandar apoio especializado externo, especialmente em iniciativas relacionadas à modernização da infraestrutura tecnológica, segurança da informação, gestão de dados, implantação de soluções corporativas, suporte de fabricantes e capacitações de maior complexidade.

Nesses casos, a contratação de serviços especializados atuará de forma complementar à força de trabalho institucional, observando os instrumentos de planejamento, a disponibilidade orçamentária e a legislação aplicável às contratações públicas.

13.5 Planejamento de Capacitação e Desenvolvimento

As ações de capacitação e desenvolvimento previstas neste PDTIC encontram-se materializadas nas Metas 06, 07, 08 e 09 do Plano de Metas e Ações e foram estruturadas em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Capacitação em TIC da Rede Federal, promovida pelo Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação da Rede Federal (Forti).

Essas ações visam a fortalecer continuamente as competências necessárias à sustentação dos serviços institucionais e à execução das iniciativas estratégicas previstas

para o ciclo 2026-2029, contemplando a atualização técnica dos profissionais de TIC, o desenvolvimento de lideranças, o fortalecimento das competências críticas identificadas pelo Forti, o incentivo à obtenção de certificações profissionais e a disseminação do conhecimento entre as unidades da instituição.

As iniciativas de capacitação deverão priorizar competências relacionadas aos domínios Governança e Gestão (GOV), Segurança Cibernética (SEG), Operações de TIC (OPS), Desenvolvimento (DEV) e Dados (DAD), com especial atenção às lacunas identificadas durante o diagnóstico institucional e às necessidades decorrentes da evolução tecnológica, da transformação digital e da ampliação dos serviços digitais ofertados pelo IFFar.

O acompanhamento das ações de capacitação será realizado por meio dos indicadores definidos nas Metas 06, 07, 08 e 09, permitindo avaliar periodicamente a evolução das competências institucionais, a efetividade das iniciativas de desenvolvimento profissional e sua contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos neste PDTIC.

13.6 Avaliação da Adequação entre Capacidade e Metas

A análise conjunta da capacidade institucional de execução da TIC apresentada na Seção 10, das competências identificadas neste Plano e das metas definidas na Seção 12 demonstra que o Instituto Federal Farroupilha dispõe de força de trabalho capaz de sustentar os serviços institucionais atualmente ofertados e de viabilizar a execução das iniciativas previstas neste PDTIC.

Entretanto, a elevada carga operacional associada à sustentação dos serviços, a limitação de disponibilidade para atuação em projetos em parte das unidades e as lacunas identificadas nos domínios de Governança Digital (GOV), Segurança Cibernética (SEG), Desenvolvimento de Sistemas (DEV) e Governança de Dados (DAD) constituem fatores de atenção para a execução integral das metas previstas para o ciclo 2026-2029.

Nesse contexto, o alcance das metas estabelecidas dependerá da manutenção da força de trabalho existente, da execução das ações de capacitação previstas, do compartilhamento de competências entre unidades, da cooperação institucional, da utilização eficiente dos recursos humanos disponíveis e da eventual contratação de apoio especializado quando necessário.

A análise realizada não evidenciou, neste momento, necessidade de ampliação imediata do quadro permanente de profissionais de TIC para sustentação dos serviços institucionais. Entretanto, a execução das iniciativas estratégicas previstas neste PDTIC exigirá o fortalecimento contínuo das competências existentes e o compartilhamento de recursos entre unidades.

O Plano de Gestão de Pessoas constitui, assim, instrumento complementar ao Plano de Metas e Ações, contribuindo para assegurar que a força de trabalho de TIC permaneça alinhada às necessidades institucionais, aos objetivos estratégicos do Instituto Federal

Farroupilha e às diretrizes nacionais de desenvolvimento de competências da Rede Federal durante toda a vigência do PDTIC 2026-2029.

14. PLANO ORÇAMENTÁRIO

O Plano Orçamentário do PDTIC 2026-2029 tem por finalidade estimar os recursos financeiros necessários para a execução das metas e ações previstas neste documento, subsidiando o planejamento institucional e contribuindo para a elaboração das propostas orçamentárias anuais do Instituto Federal Farroupilha.

As estimativas apresentadas foram elaboradas com base nas necessidades institucionais identificadas durante o processo de planejamento, nos valores previstos para as metas e ações do PDTIC, em contratações similares realizadas pela Administração Pública Federal, em contratos vigentes da instituição, em atas de registro de preços disponíveis e em estimativas técnicas produzidas pelas áreas responsáveis.

Os valores apresentados possuem caráter estimativo e poderão ser revisados durante a vigência deste PDTIC em função da disponibilidade orçamentária institucional, da atualização tecnológica das soluções previstas, de alterações normativas, da evolução das necessidades institucionais e dos resultados obtidos durante os processos de planejamento e contratação.

Conforme orienta o Guia de PDTIC do SISP, o presente Plano Orçamentário não substitui os instrumentos formais de planejamento orçamentário da instituição, constituindo-se como referência para subsidiar a elaboração das propostas orçamentárias anuais, do Plano de Contratações Anual (PCA) e dos demais instrumentos de planejamento institucional.

14.1 Consolidação Orçamentária das Metas e Ações

A Tabela 23 apresenta a consolidação dos recursos financeiros estimados para execução das metas previstas no PDTIC 2026-2029.

Tabela 23 – Consolidação Orçamentária das Metas do PDTIC.

Meta	Descrição	Natureza da Despesa	Valor Estimado
01	Modernização da infraestrutura de armazenamento (storage e backup)	Investimento	R$ 2.500.000,00
02	Modernização da infraestrutura de servidores	Investimento	R$ 400.000,00
03	Retrofit do Datacenter Institucional	Investimento	R$ 945.000,00

Meta	Descrição	Natureza da Despesa	Valor Estimado
04	Solução institucional de monitoramento CFTV	Investimento	R$ 750.000,00
05	Renovação do parque computacional	Investimento	R$ 8.480.000,00
06	Capacitação técnica dos servidores de TIC	Custeio	R$ 30.000,00
07	Capacitação nas competências prioritárias do FORTI	Custeio	R$ 30.000,00
08	Capacitação gerencial e liderança	Custeio	R$ 20.000,00
09	Certificações profissionais	Custeio	R$ 80.000,00
10	Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI)	Não aplicável	R$ 0,00
11	Modernização da infraestrutura de firewall e segurança	Investimento	R$ 820.000,00
12	Evolução e modernização do SIG	Não aplicável	R$ 0,00
13	Evolução, sustentação e modernização do Sistema Orbital	Não aplicável	R$ 0,00
14	Modernização do Sistema Integrado de Seleção	Não aplicável	R$ 0,00
15	Sistema Formaliza	Não aplicável	R$ 0,00
16	Avaliação de soluções integradas de gestão	Não aplicável	R$ 0,00
17	Sistema institucional de saúde	Não aplicável	R$ 0,00
18	Arquitetura institucional wireless	Investimento	R$ 800.000,00
19	Redundância e alta disponibilidade da conectividade	Investimento	R$ 277.000,00
20	Modernização da infraestrutura de fibra óptica	Investimento	R$ 350.000,00
21	Modernização e avaliação do Moodle	Não aplicável	R$ 0,00
22	Implementação do catálogo institucional de serviços digitais de TI	Custeio	R$ 50.000,00
23	Implementar e fortalecer o Plano de Transformação Digital	Custeio	R$ 200.000,00
24	Implementar e fortalecer o Plano de Dados	Não aplicável	R$ 0,00

Meta	Descrição	Natureza da Despesa	Valor Estimado
	Abertos		
25	Disponibilizar consulta pública de diplomas digitais	Não aplicável	R$ 0,00
26	Implantar solução institucional de gestão de serviços de TIC (GLPI)	Não aplicável	R$ 0,00
27	Ampliar a maturidade institucional em governança digital (iGovSISP)	Não aplicável	R$ 0,00
28	Manter os contratos vigentes de TIC necessários à sustentação dos serviços institucionais	Custeio	R$ 11.373.262,82**.**
29	Realizar novas contratações e aquisições estratégicas de TIC	Custeio	R$ 2.760.838,96
30	Implantar e institucionalizar processos de TIC	Não aplicável	R$ 0,00
31	Implantar ambiente computacional para apoio a projetos de inovação tecnológica (FW)	Investimento	R$ 250.000,00
32	Monitorar, avaliar e revisar a execução do PDTIC	Não aplicável	R$ 0,00
33	Estruturar Diretrizes Institucionais para Tecnologias Emergentes e Infraestrutura Digital	Não aplicável	R$ 0,00
34	Fortalecer a geração de valor público por meio dos serviços digitais do IFFar	Não aplicável	R$ 0,00
Total Geral Estimado			**R$ 30.116.101,78**

Fonte Elaborado EqEPDTI 2026-2029.

Observa-se que diversas metas do PDTIC possuem natureza predominantemente gerencial, normativa ou de governança, sendo executadas com recursos humanos já disponíveis na instituição. Nesses casos, não foram identificadas necessidades de recursos orçamentários específicos, razão pela qual as respectivas metas foram registradas sem impacto orçamentário direto.

14.2 Consolidação por Natureza da Despesa

Para fins deste PDTIC, as estimativas orçamentárias foram classificadas em despesas de investimento e despesas de custeio, observando os conceitos adotados pela Administração Pública Federal.

Foram consideradas despesas de investimento aquelas destinadas à aquisição, implantação, expansão ou modernização de ativos e soluções tecnológicas que ampliem, renovem ou agreguem capacidade à infraestrutura institucional, incluindo equipamentos, infraestrutura tecnológica e demais bens permanentes.

Por sua vez, foram consideradas despesas de custeio aquelas relacionadas à manutenção, operação e sustentação dos serviços de TIC, abrangendo contratos continuados, capacitações, certificações, serviços especializados, licenciamento de soluções, suporte técnico e demais despesas necessárias ao funcionamento regular dos serviços institucionais.

Tabela 24 – Consolidação por Natureza da Despesa.

Investimento	R$ 15.572.000,00
Custeio	R$ 14.544.101,78
Total Geral	**R$ 30.116.101,78**

Fonte Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

Os investimentos concentram-se principalmente na modernização da infraestrutura tecnológica institucional, contemplando armazenamento de dados, servidores, datacenter, segurança digital, conectividade, redes sem fio, fibra óptica e renovação do parque computacional.

Já as despesas de custeio concentram-se na sustentação dos serviços institucionais de TIC, capacitação da força de trabalho, transformação digital, contratação de serviços especializados, licenciamento de soluções e manutenção dos contratos necessários à continuidade operacional da instituição.

14.3 Projeção Orçamentária por Exercício

Considerando os cronogramas de execução das metas previstas neste PDTIC, a distribuição dos recursos financeiros deverá ocorrer de forma gradual durante sua vigência. A definição dos valores anuais dependerá da disponibilidade orçamentária, das prioridades institucionais, dos cronogramas de contratação e das revisões periódicas do Plano, sendo refinada durante a elaboração das propostas orçamentárias anuais e do Plano de Contratações Anual (PCA).

14.4 Compatibilidade Orçamentária

Considerando as estimativas consolidadas neste Plano, a execução do PDTIC 2026-2029 demandará recursos estimados em R$ 30.116.101,78, destinados à execução das metas e ações previstas, contemplando investimentos em infraestrutura tecnológica, contratação de serviços, sustentação dos ambientes computacionais, desenvolvimento da força de trabalho e iniciativas de transformação digital.

Em razão de o período de vigência deste PDTIC abranger exercícios orçamentários futuros, cuja disponibilidade de recursos dependerá das respectivas Leis Orçamentárias Anuais e do planejamento institucional, não foi possível estabelecer, durante sua elaboração, a compatibilidade integral entre os valores estimados e os recursos que estarão efetivamente disponíveis ao longo de toda a vigência do Plano.

Assim, a compatibilidade orçamentária deverá ser avaliada continuamente durante a execução do PDTIC, considerando as disponibilidades orçamentárias de cada exercício, as prioridades institucionais, o PCA e os demais instrumentos de planejamento e gestão do Instituto Federal Farroupilha.

Na hipótese de insuficiência de recursos, poderão ser adotadas medidas de reprogramação das ações, redefinição de prioridades, adequação do escopo das iniciativas ou escalonamento das contratações, de forma a assegurar a continuidade da execução do PDTIC e o alinhamento aos objetivos estratégicos da instituição.

14.5 Rastreabilidade das Necessidades, Soluções e Recursos Orçamentários

As estimativas orçamentárias previstas neste PDTIC estão diretamente associadas às necessidades identificadas durante o processo de diagnóstico, às soluções de TIC definidas para seu atendimento, às ações previstas no Plano de Metas e Ações e às contratações vigentes ou planejadas necessárias à sua implementação.

A matriz permite identificar a correspondência entre as necessidades de TIC, as soluções planejadas, as metas do PDTIC e as contratações e investimentos estimados, contribuindo para a transparência e a rastreabilidade do planejamento orçamentário. O detalhamento das ações, dos responsáveis, dos prazos e dos recursos necessários à execução encontra-se no Plano de Metas e Ações, documento complementar integrante do PDTIC 2026-2029 (disponibilizado no Portal do PDTIC do IFFar).

15. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A execução do PDTIC 2026-2029 depende não apenas da definição adequada das metas, ações, recursos humanos e recursos orçamentários, mas também da existência de condições institucionais que favoreçam sua implementação ao longo de todo o período de vigência do Plano.

Em conformidade com o Guia de PDTIC do SISP foram identificados os Fatores Críticos de Sucesso (FCS) para o PDTIC 2026-2029 do Instituto Federal Farroupilha. Os FCS representam condições essenciais para que as ações planejadas sejam executadas com efetividade e para que os resultados esperados sejam alcançados.

A ausência ou a insuficiência de um ou mais desses fatores poderá comprometer a execução das iniciativas previstas, impactando diretamente a capacidade institucional de geração de valor por meio da TIC e o alcance dos objetivos estratégicos do Instituto Federal Farroupilha.

15.1 Identificação dos Fatores Críticos de Sucesso

A análise realizada durante a elaboração deste PDTIC permitiu identificar os fatores considerados essenciais para o sucesso da sua execução.

Tabela 25 – Fatores Críticos de Sucesso do PDTIC 2026-2029.

ID	Fatores Críticos de Sucesso	Justificativa
FCS-01	Apoio da Alta Administração	O apoio institucional da Reitoria e dos gestores das unidades é fundamental para assegurar legitimidade, priorização institucional e disponibilização dos recursos necessários à execução das iniciativas previstas.
FCS-02	Atuação efetiva dos mecanismos de Governança de TIC	A atuação do CGTI e das demais instâncias de governança é essencial para definição de prioridades, acompanhamento dos resultados e tomada de decisões estratégicas relacionadas ao PDTIC.
FCS-03	Disponibilidade orçamentária compatível	A execução das ações previstas depende da disponibilidade de recursos financeiros adequados para viabilizar investimentos, contratações, capacitações e demais iniciativas planejadas.
FCS-04	Capacidade institucional de execução da TIC	A disponibilidade de equipes técnicas com capacidade operacional adequada é condição indispensável para execução das ações previstas e para a sustentação dos serviços existentes.
FCS-	Desenvolvimento contínuo	A evolução tecnológica e a crescente complexidade dos

ID	Fatores Críticos de Sucesso	Justificativa
05	das competências de TIC	serviços digitais exigem capacitação permanente dos profissionais envolvidos na execução do PDTIC.
FCS-06	Cooperação entre DTI, CTIs e áreas de negócio	A execução das iniciativas previstas depende da atuação integrada entre as unidades de TIC e as áreas responsáveis pelos processos institucionais.
FCS-07	Participação ativa das unidades institucionais	Diversas ações previstas exigem envolvimento direto das áreas finalísticas e administrativas, tanto na definição dos requisitos quanto na implementação das soluções.
FCS-08	Efetividade das contratações de TIC	O sucesso de diversas metas depende da realização tempestiva e eficiente dos processos de contratação, aquisição e renovação de soluções tecnológicas.
FCS-09	Alinhamento permanente ao planejamento institucional	As iniciativas de TIC devem permanecer alinhadas às diretrizes do PDI, aos objetivos estratégicos institucionais e às prioridades definidas pela Administração.
FCS-10	Gestão de riscos e monitoramento do PDTIC	A identificação tempestiva de riscos, associada ao acompanhamento sistemático das metas e ações, é fundamental para assegurar a efetividade do planejamento e promover ajustes quando necessários.

Fonte: Elaborado pela EqEPDTI 2026-2029.

15.2 Análise dos Fatores Críticos de Sucesso

Os fatores identificados apresentam forte interdependência e devem ser observados de forma integrada durante toda a vigência deste PDTIC.

A disponibilidade orçamentária e a efetividade das contratações de TIC constituem elementos fundamentais para viabilizar os investimentos previstos em infraestrutura tecnológica, segurança da informação, conectividade, transformação digital e sustentação dos serviços institucionais. Da mesma forma, a manutenção da capacidade institucional de execução da TIC e o desenvolvimento contínuo das competências profissionais são condições essenciais para transformar os recursos disponibilizados em resultados efetivos para a instituição.

A estrutura multicampi do Instituto Federal Farroupilha amplia a importância da cooperação entre a Diretoria de Tecnologia da Informação, as Coordenações de Tecnologia da Informação dos *campi* e as áreas de negócio, tornando a articulação institucional fator determinante para o sucesso das iniciativas previstas neste Plano.

Destaca-se ainda a relevância dos mecanismos de governança institucional, responsáveis por assegurar o alinhamento entre as ações de TIC, os objetivos estratégicos

institucionais e a disponibilidade de recursos. Nesse contexto, a atuação efetiva do CGTI, associada ao monitoramento contínuo da execução do PDTIC e ao gerenciamento dos riscos identificados, contribuirá para aumentar a probabilidade de alcance dos resultados planejados.

Os Fatores Críticos de Sucesso identificados deverão ser observados continuamente durante o monitoramento do PDTIC 2026-2029, constituindo importantes elementos de apoio à tomada de decisão, à priorização de iniciativas e à revisão periódica do planejamento institucional.

A observância desses fatores contribuirá para fortalecer a capacidade institucional de execução da TIC, ampliar a efetividade dos investimentos realizados e assegurar que as iniciativas previstas neste PDTIC gerem benefícios concretos para a comunidade acadêmica e para a gestão do Instituto Federal Farroupilha.

16. PLANO DE GESTÃO DE RISCOS

A execução das metas e ações previstas no PDTIC 2026-2029 está sujeita a fatores internos e externos capazes de impactar o alcance dos resultados institucionais pretendidos. Nesse contexto, o gerenciamento de riscos constitui instrumento fundamental para apoiar a tomada de decisão, fortalecer a governança de TIC, ampliar a previsibilidade das iniciativas planejadas e aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos estratégicos do Instituto Federal Farroupilha.

Em conformidade com o Guia de PDTIC do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), o Plano de Gestão de Riscos foi elaborado com o objetivo de identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar os principais riscos associados à execução das metas e ações previstas neste PDTIC.

A análise considerou os resultados do Diagnóstico Institucional, a análise SWOT, a capacidade institucional de execução da TIC, o Plano de Gestão de Pessoas, o Plano Orçamentário, os Fatores Críticos de Sucesso e os mecanismos de governança definidos para o ciclo de planejamento 2026-2029.

A metodologia adotada está alinhada aos princípios e diretrizes da ABNT NBR ISO 31000:2018 – Gestão de Riscos, da ABNT NBR ISO/IEC 27005:2023 - Gestão de Riscos de Segurança da Informação e ao Referencial Básico de Gestão de Riscos do Tribunal de Contas da União.

16.1 Metodologia de Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos do PDTIC foi estruturado a partir das etapas de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos relacionados à execução das iniciativas planejadas.

A identificação dos riscos foi realizada considerando os principais fatores que podem comprometer a execução das metas e ações previstas neste Plano, abrangendo aspectos relacionados à governança, pessoas, orçamento, contratações, infraestrutura tecnológica, segurança da informação, proteção de dados pessoais e capacidade institucional de execução.

Após a identificação, os riscos foram avaliados por meio da combinação entre a probabilidade de ocorrência e o impacto potencial sobre os objetivos institucionais e sobre a execução das metas previstas.

Tabela 26 – Escala de Probabilidade.

Valor	Classificação	Descrição
1	Muito Baixa	Evento improvável de ocorrer durante a vigência do PDTIC
2	Baixa	Pequena possibilidade de ocorrência
3	Média	Possibilidade moderada de ocorrência
4	Alta	Probabilidade significativa de ocorrência
5	Muito Alta	Alta expectativa de ocorrência durante a vigência do PDTI

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

Tabela 27 – Escala de Impacto.

Valor	Classificação	Descrição
1	Insignificante	Impacto irrelevante para os objetivos do PDTIC
2	Baixo	Impacto limitado e facilmente contornável
3	Moderado	Impacto perceptível na execução das iniciativas
4	Alto	Compromete parcialmente os resultados planejados
5	Crítico	Compromete significativamente os objetivos do PDTIC

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

Tabela 28 – Matriz de Classificação dos Riscos.

Resultado **(Probabilidade × Impacto)**	**Nível**
1 a 4	Baixo
5 a 9	Médio
10 a 16	Alto
17 a 25	Crítico

Fonte: Elaborado pela EqEPDTI 2026-2029.

16.2 Critérios para Tratamento dos Riscos

Os riscos classificados como críticos receberão tratamento prioritário e monitoramento contínuo durante toda a vigência do PDTIC. Já os riscos classificados como altos deverão possuir ações preventivas formalmente acompanhadas durante os ciclos de monitoramento e revisão do Plano.

Em seguida, os riscos classificados como médios serão monitorados periodicamente e tratados conforme a disponibilidade de recursos e a evolução do contexto institucional. Enquanto os riscos classificados como baixos serão registrados e acompanhados durante as revisões periódicas do PDTIC, não demandando ações específicas de tratamento, salvo em caso de alteração do contexto institucional.

16.3 Identificação e Análise dos Riscos

Com base na análise das metas, ações, recursos humanos, recursos orçamentários, fatores críticos de sucesso e capacidade institucional de execução da TIC, foram identificados os principais riscos associados à execução do PDTIC 2026-2029.

A Tabela 29 apresenta os riscos priorizados, seus respectivos gatilhos, ações preventivas, respostas planejadas e responsáveis pelo tratamento.

Tabela 29 – Plano de Gestão de Riscos do PDTIC 2026-2029.

ID	Categoria	Risco	P	I	Nível	Meta Relacionada	Gatilho	Ação Preventiva	Plano de Resposta	Responsável
R01	Orçamento	Insuficiência de recursos financeiros para execução das metas previstas	4	5	Crítico	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 18, 19, 20, 23, 28, 29 e 31	Contingenciamento ou redução orçamentária	Planejamento anual das aquisições e priorização das iniciativas	Reprogramação das ações e revisão dos cronogramas	DTI / PROAD
R02	Contratações	Atraso nos processos licitatórios e contratações de TIC	4	4	Alto	01, 02, 03, 04, 05, 11, 18, 19, 20, 28, 29 e 31	Licitações fracassadas ou atrasadas	Planejamento antecipado das contratações	Repriorização das entregas e adoção de soluções alternativas	DTI
R03	Pessoas	Redução da capacidade operacional das equipes de TIC	4	5	Crítico	Todas as metas	Vacâncias, afastamentos ou redistribuições	Capacitação contínua e compartilhamento de competências	Redistribuição das atividades e replanejamento das ações	DTI / CTIs
R04	Pessoas	Perda de conhecimento institucional crítico	3	4	Alto	10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 26, 27, 30 e 32	Saída de profissionais com competências especializadas	Gestão do conhecimento e documentação dos processos	Capacitação emergencial e transferência de conhecimento	DTI

R05	Governança	Alteração das prioridades institucionais durante a vigência do PDTIC	3	3	Médio	Todas as metas	Mudanças estratégicas institucionais	Alinhamento permanente com a Alta Administração	Revisão das metas e atualização do PDTIC	CGTI
R06	Governança	Baixa participação das áreas de negócio nas iniciativas de TIC	3	3	Médio	12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26 e 27	Ausência de representantes ou baixo engajamento	Comunicação institucional contínua e participação dos gestores	Replanejamento das entregas e reforço do patrocínio institucional	DTI / Gestores
R07	Infraestrutura	Falhas em componentes críticos da infraestrutura tecnológica	3	5	Alto	01, 02, 03, 04, 05, 11, 18, 19, 20, 21, 22 e 25	Indisponibilidade de storage, servidores ou datacenter	Execução das Metas 01, 02 e 03	Acionamento dos procedimentos de contingência e recuperação	DTI
R08	Segurança da Informação	Incidentes de segurança da informação	4	5	Crítico	10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 24, 25, 26 e 27	Ataques cibernéticos, malware ou acesso indevido	Implementação do PPSI 2.0 e da Meta 11	Tratamento do incidente e acionamento dos planos de resposta	DTI / CGSI
R09	LGPD	Vazamento ou tratamento inadequado de dados pessoais	4	5	Crítico	10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 22, 23, 24 e 25	Incidentes envolvendo dados pessoais	Capacitação, adequação dos processos e controles de proteção de dados	Tratamento do incidente e comunicação às instâncias competentes	DTI / Encarregado de Dados

R10	Capacitação	Não execução das ações de capacitação previstas	3	3	Médio	06, 07, 08 e 09	Restrições orçamentárias ou indisponibilidade dos participantes	Planejamento anual das capacitações	Reprogramação das ações de desenvolvimento	DTI
R11	Fornecedores	Dependência excessiva de fornecedores ou soluções específicas	3	3	Médio	11, 13, 14, 15, 17, 18, 22, 28 e 29	Encerramento de contratos ou indisponibilidade de suporte	Diversificação de fornecedores e transferência de conhecimento	Acionamento de alternativas contratuais	DTI
R12	Monitoramento	Não alcance das metas previstas no PDTI	3	5	Alto	Todas as metas	Baixa execução das ações planejadas	Monitoramento periódico das metas e indicadores	Revisão das ações e replanejamento institucional	CGTI / DTI

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

16.4 Tratamento e Monitoramento dos Riscos

O tratamento dos riscos identificados neste PDTIC tem por objetivo reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos adversos. Além disso, visa a minimizar seus impactos potenciais e ampliar a capacidade institucional de resposta diante de situações que possam comprometer a execução das metas e ações planejadas.

O monitoramento dos riscos será realizado de forma integrada ao acompanhamento das metas, ações, indicadores e investimentos previstos neste PDTIC. Isso permitirá a identificação tempestiva de desvios, a adoção de medidas corretivas e a atualização das estratégias de resposta sempre que necessário. Para tanto, a Diretoria de Tecnologia da Informação será responsável pela coordenação do processo de monitoramento dos riscos, consolidando informações, acompanhando os planos de tratamento e promovendo a comunicação das situações relevantes às instâncias de governança competentes.

Também atuará nesse trabalho o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, que exercerá papel de supervisão dos riscos estratégicos relacionados à execução do PDTIC, podendo deliberar sobre revisão de prioridades, reprogramação de ações, atualização de riscos ou adoção de medidas adicionais de tratamento.

Durante a vigência deste PDTIC, novos riscos poderão ser identificados e incorporados ao processo institucional de gerenciamento de riscos. Da mesma forma, riscos existentes poderão ser reavaliados em função de mudanças organizacionais, tecnológicas, normativas, orçamentárias ou estratégicas.

Os riscos identificados neste Plano estão diretamente relacionados aos fatores críticos de sucesso, à disponibilidade orçamentária, à capacidade institucional de execução da TIC, às contratações previstas, à segurança da informação, à proteção de dados pessoais e à sustentabilidade dos serviços digitais ofertados pelo Instituto Federal Farroupilha.

Nesse sentido, a integração entre gestão de riscos, gestão de pessoas, planejamento orçamentário, governança de TIC e monitoramento das metas permitirá ao Instituto Federal Farroupilha responder de forma mais eficiente aos eventos adversos, reduzir incertezas e aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos neste PDTIC.

O Plano de Gestão de Riscos constitui instrumento permanente de apoio à execução, ao acompanhamento e à revisão do PDTIC 2026-2029. Portanto, ele deve ser utilizado como referência para a tomada de decisões e para o fortalecimento contínuo da governança e da gestão de TIC da instituição.

17. PROCESSO DE REVISÃO DO PDTIC 2026-2029

O PDTIC 2026-2029 constitui o principal instrumento de planejamento da Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal Farroupilha durante sua vigência. Considerando a evolução tecnológica, as mudanças normativas e as transformações do ambiente institucional, o PDTIC deverá ser monitorado e revisado periodicamente, de modo a assegurar sua aderência às necessidades institucionais e aos direcionadores estratégicos vigentes.

O processo de revisão tem por finalidade manter o alinhamento entre as metas, ações, indicadores, recursos e prioridades definidos neste Plano e as demandas institucionais que surgirem ao longo de sua execução.

17.1 Monitoramento e Acompanhamento

O PDTIC será monitorado continuamente pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), com apoio dos responsáveis pelas metas e ações previstas neste documento e pela Equipe de Acompanhamento do PDTIC 2026-2029.

O monitoramento compreenderá, entre outros aspectos:

- acompanhamento da execução das metas e ações;
- monitoramento dos indicadores estabelecidos;
- acompanhamento da execução orçamentária;
- monitoramento dos riscos identificados;
- avaliação dos fatores críticos de sucesso; e
- identificação de desvios, restrições e oportunidades de melhoria.

Os resultados do monitoramento deverão subsidiar a elaboração de Relatórios de Acompanhamento (RA) e Relatório de Resultados (RR), bem como eventuais processos de revisão do PDTIC.

17.2 Revisões do PDTIC 2026-2029

O PDTIC será submetido a revisões ordinárias com periodicidade mínima anual, com o objetivo de avaliar a execução das metas e ações planejadas, verificar a adequação dos recursos previstos e promover ajustes necessários ao alinhamento institucional.

Além das revisões ordinárias, poderão ser realizadas revisões extraordinárias sempre que ocorrerem fatos relevantes capazes de impactar significativamente o planejamento de TIC, tais como:

a) atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

b) alterações na Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD) ou em outros instrumentos estratégicos da Administração Pública Federal;

c) publicação ou alteração de normativos relacionados à TIC, governança digital, segurança da informação ou proteção de dados pessoais;

d) alterações significativas na estrutura organizacional ou nas prioridades institucionais;

e) contingenciamentos orçamentários relevantes;

f) materialização de riscos com impacto significativo sobre a execução das metas;

g) necessidade de inclusão, exclusão ou revisão de metas, ações, indicadores ou recursos previstos neste PDTIC.

As revisões realizadas deverão ser formalizadas pela Equipe de Acompanhamento do PDTIC 2026-2029 e registradas no histórico de alterações do documento, bem como aprovadas pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

17.3 Competências e Responsabilidades

As responsabilidades relacionadas ao processo de revisão do PDTIC foram definidas com o objetivo de assegurar a adequada governança, o acompanhamento contínuo da execução das metas e ações e a atualização periódica do Plano. Dessa forma, a atuação coordenada entre os responsáveis pelas iniciativas, a DTI, o CGTI e a Alta Administração contribui para garantir que as revisões ocorram de forma estruturada, transparente e alinhada às necessidades institucionais, às diretrizes estratégicas e às disponibilidades de recursos da instituição.

Tabela 30 – Responsabilidades no Processo de Revisão do PDTIC.

Instância	Responsabilidades
Responsáveis pelas Metas e Ações	Atualizar informações relativas à execução das iniciativas sob sua responsabilidade e fornecer subsídios para o processo de monitoramento e revisão do PDTIC.
DTI/EqAPDTIC 2026-2029	Coordenar o processo de monitoramento e revisão do PDTIC, consolidar informações e elaborar os relatórios de acompanhamento.
CGTI	Avaliar os resultados do monitoramento, aprovar as revisões e alterações relevantes no PDTIC.
Alta Administração	Aprovar revisões que impliquem alterações estratégicas ou estruturais, quando aplicável.

Fonte: Elaborado pela EqEPDTIC 2026-2029.

17.4 Aprovação, Publicidade e Transparência

A elaboração deste PDTIC observou as diretrizes do Guia de PDTIC do SISP e foi conduzida de forma participativa, transparente e alinhada às instâncias de governança do Instituto Federal Farroupilha. Durante todo o processo de construção do documento, os principais artefatos produzidos em cada subprocesso foram submetidos à apreciação das instâncias competentes, assegurando o acompanhamento sistemático e a validação dos artefatos produzidos ao longo de todo o ciclo de elaboração do Plano.

No Subprocesso de Preparação, o Plano de Trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, estabelecendo a metodologia, o cronograma, a equipe responsável e as diretrizes para elaboração do PDTIC. Da mesma forma, ao final do Subprocesso de Diagnóstico, o Inventário de Necessidades foi apreciado e aprovado pelo CGTI, consolidando as demandas estratégicas, táticas e operacionais de TIC identificadas junto às unidades organizacionais do Instituto.

Concluído o Subprocesso de Planejamento, os principais artefatos do PDTIC, como o Plano de Metas e Ações, o Plano de Gestão de Pessoas, o Plano Orçamentário, o Plano de Gestão de Riscos e os Fatores Críticos de Sucesso, foram submetidos à apreciação conjunta do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) e do Comitê Assessor de Desenvolvimento Institucional e Planejamento (CADIP), sendo aprovados na reunião realizada em 26 de junho de 2026, conforme registrado na Ata constante do Anexo IV (Processo nº 23873.003402/2026-30).

Na sequência, o PDTIC consolidado foi encaminhado ao Colégio de Dirigentes (CODIR), que aprovou o documento por meio do Parecer CODIR/IFFAR nº 15/2026, constante do Anexo V (Processo nº 23873.003402/2026-30).

Como etapa final do processo de governança institucional, o Plano foi encaminhado ao Conselho Superior (CONSUP), instância máxima de deliberação do Instituto Federal Farroupilha, para apreciação e aprovação definitiva.

Após sua aprovação pelo CONSUP, o PDTIC será publicado no Portal do PDTIC do IFFar, que constituirá o repositório oficial dos documentos relacionados ao ciclo de vida deste Plano. Além da versão vigente e de suas revisões, serão disponibilizados os principais artefatos produzidos durante sua elaboração, bem como os demais documentos relacionados à execução, ao monitoramento e à revisão do PDTIC, assegurando os princípios da publicidade, da transparência, da prestação de contas e da rastreabilidade das decisões.

O acompanhamento da execução e o processo de revisão deste PDTIC constituem mecanismos permanentes de governança e de melhoria contínua, contribuindo para que o planejamento de TIC permaneça alinhado às necessidades institucionais, aos objetivos estratégicos do Instituto Federal Farroupilha, às deliberações das instâncias de governança e às diretrizes da Administração Pública Federal durante toda a sua vigência.

18. CONCLUSÃO

A Tecnologia da Informação e Comunicação desempenha papel estratégico no Instituto Federal Farroupilha, constituindo elemento essencial para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão institucional. A crescente digitalização dos processos acadêmicos e administrativos, a ampliação da oferta de serviços digitais, a necessidade de integração das informações, a proteção dos dados institucionais e a modernização da infraestrutura tecnológica reforçam a importância da TIC como instrumento de apoio à inovação, à eficiência administrativa, à transformação digital e à geração de valor público.

Nesse contexto, o PDTIC 2026-2029 consolida o planejamento institucional da TIC para os próximos quatro anos, estabelecendo diretrizes, objetivos, metas, ações, indicadores e investimentos destinados ao fortalecimento da governança digital, da segurança da informação, da transformação digital, da gestão de serviços e da sustentabilidade da infraestrutura tecnológica.

As iniciativas previstas neste Plano foram construídas a partir de amplo processo de diagnóstico institucional, fundamentado no levantamento das necessidades de TIC, na análise da capacidade de execução, na avaliação do ambiente organizacional e no alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional, às diretrizes da Administração Pública Federal e aos referenciais do SISP. Dessa forma, busca-se assegurar que os investimentos e esforços destinados à TIC contribuam efetivamente para o cumprimento da missão institucional, o fortalecimento da governança e a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade.

O Instituto Federal Farroupilha reafirma seu compromisso com a utilização estratégica da TIC como elemento indutor da inovação, da transformação digital, da transparência, da eficiência administrativa e da melhoria contínua dos serviços públicos. Nesse sentido, o PDTIC 2026-2029 constitui não apenas um instrumento de planejamento, mas um importante mecanismo de governança voltado ao fortalecimento institucional e à geração de valor público durante todo o seu período de vigência.

O êxito deste PDTIC está diretamente relacionado ao comprometimento das instâncias de governança, à atuação integrada entre a Diretoria de Tecnologia da Informação, as Coordenações de Tecnologia da Informação, as áreas de negócio e a alta administração, bem como à disponibilização dos recursos humanos, tecnológicos, financeiros e orçamentários necessários à execução das ações planejadas.

Para assegurar sua efetividade durante toda a vigência deste Plano, o acompanhamento da execução, aliado à utilização sistemática dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão previstos neste documento, constitui mecanismo permanente de governança e de melhoria contínua, mantendo o planejamento de TIC continuamente alinhado às necessidades institucionais, aos objetivos estratégicos do Instituto Federal Farroupilha, às deliberações das instâncias de governança e às diretrizes da Administração Pública Federal.

ANEXO I – Plano de Trabalho



Instituto Federal Farroupilha

Plano de Trabalho

PDTIC 2026-2029

Dezembro, 2025.

Histórico de Alterações

Data	Versão	Descrição	Autor
03/12/2025	1.0	Elaboração do Plano de Trabalho do PDTIC 2026-2029.	EqEPDTIC 26-29/IFFar

1. INTRODUÇÃO

Este Plano de Trabalho estabelece a estrutura completa para a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2026-2029 do Instituto Federal Farroupilha, alinhado às melhores práticas de governança de TI e às orientações do Guia de PDTIC do SISP v2.1, assegurando um processo metodológico estruturado, transparente e coerente com as necessidades institucionais e com as políticas federais de planejamento e gestão de tecnologia da informação.

2. VISÃO GERAL

2.1 Objetivo

Estabelecer a metodologia, organização, escopo, responsabilidades, macro entregas e cronograma oficial para elaboração do PDTIC 2026–2029, assegurando aderência institucional, qualidade técnica, alinhamento estratégico e melhoria contínua em relação ao PDTIC 2023–2025.

2.2 Justificativa

A elaboração do PDTIC 2026–2029 é fundamental para consolidar a governança de TIC, sustentar a transformação digital do IFFar, garantir eficiência administrativa, qualificar processos acadêmicos e fortalecer a segurança da informação. O novo ciclo incorpora aprendizados do PDTIC 23–25 e também demandas emergentes, como interoperabilidade, automação avançada e maturidade digital institucional.

2.3 Contexto da Unidade de TI

A Diretoria de Tecnologia da Informação do IFFar opera com equipe experiente, porém distribuída e com crescimento de demandas. O cenário institucional exige ampliação da automação de processos, revisão de sistemas corporativos, integração de dados, modernização de infraestrutura e fortalecimento de práticas contínuas de segurança da informação.

2.4 Alinhamento Estratégico

O PDTIC 2026–2029 se alinha ao PDI 2019-2026, à EGD 2024-2027, às diretrizes estratégicas da Reitoria, ao planejamento institucional e às políticas federais de transformação digital. O documento incorpora melhores práticas orientadas pelo SISP, pela Política de Segurança da Informação e pelos princípios de interoperabilidade governamental.

2.5 Fatores Motivacionais

• Necessidade de modernização contínua dos sistemas institucionais.

• Crescimento das demandas dos campi e da reitoria.

• Aumento de riscos cibernéticos e necessidades de conformidade.

• Avanço das tecnologias digitais no ensino, pesquisa, extensão e gestão.

• Necessidade de governança e padronização entre unidades.

2.6 Premissas e Restrições

Premissas: apoio da alta gestão; participação ativa da EqEPDTI; acesso a dados e diagnósticos; integração intersetorial.

Restrições: orçamento limitado; equipes reduzidas; infraestrutura legada; dependências externas; prazos obrigatórios.

4. EQUIPE PARTICIPANTE – EqEPDTIC 2026–2029

Tabela 1 – Equipe de Elaboração do PDTCI 26-29.

Nome	**Papel**
1. Norton Jerzewski Noro (DTI)	Presidente
2. Aliane Loureiro Krassmann (DTI)	Membro
3. Edson Uilham de Castro Araújo (DTI)	Membro
4. Eleandro Soares Rodrigues (DPDI-SVS)	Membro
5. Gláucio Ricardo Vivian (CTI-FW)	Membro
6. João Pedro Pereira dos Santos (DPDI-RT)	Membro
7. Juliano Rossato da Silva (DTI)	Membro
8. Karina Wiechork (DTI)	Membro
9. Rafael Adolpho (CTI-SVS)	Membro
10. Rodrigo Thomas (DPDI-SAN)	Membro

Fonte: EqEPDTIC 26-29.

4. PARTES INTERESSADAS

As partes interessadas incluem: Alta Gestão do Instituto Federal Farroupilha, Diretoria de Tecnologia da Informação, Coordenações de Tecnologia da Informação dos *campi*, Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, servidores da TI, gestores de sistemas, setores administrativos, fornecedores de tecnologia e comunidade acadêmica.

5. METODOLOGIA APLICADA

A metodologia aplicada combina práticas do Guia PDTIC SISP v2.1 com abordagens modernas: análise documental assistida por IA, reuniões, análise SWOT institucional, mapeamento de processos e avaliação de maturidade digital.

6. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- PDTIC 2023–2025 – IFFar
- Guia PDTIC SISP v2.1

- PDI 2019–2026 – IFFar
- Estratégia de Governo Digital (EGD)
- Política de Segurança da Informação
- Normativos nacionais relacionados à TI e governança
- Marcos legais de transformação digital

7. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

1. Alinhamento Estratégico Institucional

A TI deve atuar integrada ao planejamento institucional, garantindo coerência com o PDI, com a Estratégia de Governo Digital, com as políticas internas de TI e com as diretrizes da Reitoria e dos campi.

2. Foco em Valor Público e Eficiência Institucional

As ações de TI devem priorizar entregas que maximizem benefícios à comunidade acadêmica, melhorem serviços, reduzam retrabalho e promovam eficiência administrativa.

3. Governança de TI orientada a Riscos, Desempenho e Conformidade

O planejamento e a execução das ações de TI devem observar gestão de riscos, indicadores de desempenho, normativos vigentes, boas práticas e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

4. Segurança da Informação e Continuidade de Serviços

Garantia de confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade das informações institucionais, incorporando políticas de segurança e mecanismos robustos de prevenção, resposta e continuidade.

5. Interoperabilidade, Integração e Padronização Tecnológica

Promoção de arquitetura integrada, padronização de soluções, reutilização de componentes e adoção de práticas que reduzam fragmentação de sistemas e sustentem processos institucionais.

6. Transparência, Acessibilidade, Inclusão Digital e Experiência do Usuário

Os serviços digitais devem ser acessíveis, fáceis de usar, transparentes e inclusivos, alinhados à LGPD, às políticas de acessibilidade e às normas de usabilidade da administração pública.

7. Racionalização, Modernização e Sustentabilidade Tecnológica

O PDTIC deve promover automação inteligente de processos, eliminação de sistemas redundantes, uso eficiente dos recursos computacionais e modernização contínua da infraestrutura.

8. Uso Ético e Estratégico de Tecnologias Emergentes

Adoção consciente e responsável de tecnologias emergentes – como IA, automação avançada, análise de dados e computação em nuvem – sempre que agreguem valor institucional, respeitando marcos legais e boas práticas.

9. Melhoria Contínua, Inovação Institucional e Cultura Colaborativa

Estímulo a práticas de inovação aberta, qualificação permanente das equipes, aprendizado organizacional, compartilhamento de conhecimento e evolução constante dos processos de TI.

8. CRONOGRAMA DE ELABORAÇÃO – PDTIC 2026–2029

O cronograma de elaboração do PDTIC 2026–2029 foi estruturado para assegurar organização, previsibilidade e acompanhamento efetivo das atividades, em conformidade com o Guia de PDTIC do SISP (v2.1), contemplando todas as etapas do processo distribuídas nos subprocessos de Preparação, Diagnóstico e Planejamento, dentro do prazo global de seis meses. As atividades foram organizadas de forma sequencial e integrada, com definição de prazos, responsáveis e marcos de validação, considerando ainda aspectos institucionais relevantes, como períodos letivos e administrativos, de modo a favorecer a participação da comunidade e a qualidade das entregas previstas.

Tabela 2 – Cronograma de Elaboração do PDTIC 26-29.

ID	Nome	Duração (dias)	Pred.	Nome do Recurso
1	**Elaboração do PDTIC 2026-2029**	**180** 02/12/2025 02/06/2026		
2	**Preparação**	**30**		
3	Definir a abrangência e o período de vigência do PDTIC			DTI/CGTI-IFFar
4	Definir a EqEPDTIC		3	DTI/CGTI-IFFar
5	Descrever a metodologia de elaboração		4	EqEPDTIC26-29
6	Consolidar documentos de referência		5	EqEPDTIC26-29
7	Identificar estratégias da organização		6	EqEPDTIC26-29
8	Identificar princípios e diretrizes		7	EqEPDTIC26-29
9	Elaborar o PT-PDTIC		8	EqEPDTIC26-29
10	Aprovar o PT-PDTIC		9	CGTI-IFFar
11	**Diagnóstico**	**70**		
12	Analisar os resultados do PDTIC anterior		10	EqEPDTIC26-29
13	Analisar o referencial estratégico de TI		12	EqEPDTIC26-29
14	Analisar a organização da TI		13	EqEPDTIC26-29
15	Realizar análise SWOT da TI		14	EqEPDTIC26-29

16	Estimar a capacidade de execução da TIC		15	EqEPDTIC26-29
17	Planejar o levantamento das necessidades		16	EqEPDTIC26-29
18	Identificar Necessidades de Informação		17	EqEPDTIC26-29
19	Identificar as necessidades de serviços		18	EqEPDTIC26-29
20	Identificar as necessidades de infraestrutura		19	EqEPDTIC26-29
21	Identificar as necessidades de contratação		20	EqEPDTIC26-29
22	Identificar as necessidades de pessoal		21	EqEPDTIC26-29
23	Consolidar o Inventário de Necessidades		18,19,20;21;22	EqEPDTIC26-29
24	Alinhar as necessidades de TI às estratégias da organização		23	EqEPDTIC26-29
25	Aprovar o inventário de necessidades		24	CGTI-IFFar
26	**Planejamento**	**80**		
27	Atualizar critérios de priorização		25	CGTI-IFFar
28	Priorizar as necessidades inventariadas		27	EqEPDTIC26-29
29	Definir as Metas e Ações		28	EqEPDTIC26-29
30	Planejar as ações de pessoal		29	EqEPDTIC26-29
31	Planejar o orçamento das ações		30	EqEPDTIC26-29
32	Identificar os fatores críticos de sucesso		31	EqEPDTIC26-29
33	Planejar o gerenciamento de riscos		32	EqEPDTIC26-29
34	Consolidar a Minuta do PDTIC 2026-2029		33	EqEPDTIC26-29
35	Aprovar a Minuta do PDTIC 2026-2029		34	CGTI Cadip Codir Consup
36	Publicar o PDTIC 2026-2029		35	Consup

Fonte: EqEPDTIC 26-29.

ANEXO II – Formulário de Levantamento de Necessidades

Questionário – Levantamento das Necessidades de TI (PDTIC 2026–2029)

1. *Campus*:

2. Categoria: ( ) Docente ( ) Técnico-Administrativo ( ) Aluno

3. Setor/Curso:

4. Frequência de uso dos sistemas institucionais: ( ) Diário ( ) Semanal ( ) Mensal ( ) Eventual

INFRAESTRUTURA

5. Como você avalia a qualidade da internet (estabilidade, velocidade e disponibilidade) na sua unidade? Ótima / Boa / Regular / Ruim / Muito ruim

6. Existem locais sem cobertura Wi-Fi adequada? ( ) Sim ( ) Não – Se sim, quais?

7. Os equipamentos disponíveis (computadores, laboratórios, projetores) atendem às suas necessidades? Sempre / Frequentemente / Raramente / Nunca

SISTEMAS INSTITUCIONAIS

8. Avalie a facilidade de uso dos sistemas institucionais: Muito fácil / Fácil / Regular / Difícil / Muito difícil

9. Avalie a disponibilidade e estabilidade dos sistemas: Ótima / Boa / Regular / Ruim / Muito ruim

10. Em quais sistemas você encontra mais dificuldades (**uso, integração ou dados**)?

11. Quais funcionalidades ou integrações você considera essenciais e que ainda não estão disponíveis?

SUPORTE TÉCNICO

12. Avalie o tempo de atendimento da TI: Muito satisfatório / Satisfatório / Regular / Insatisfatório / Muito insatisfatório

13. Avalie a qualidade das soluções prestadas: Muito satisfatória / Satisfatória / Regular / Insatisfatória / Muito insatisfatória

14. Você usa ou já usou o GLPI para solicitar suporte? ( ) Sim ( ) Não

15. Sugestões objetivas para melhorar o atendimento de TI:

PROCESSOS E AUTOMAÇÃO

16. Quais processos relacionados à tecnologia você considera lentos ou burocráticos (acadêmicos ou administrativos)?

17. Existem atividades que deveriam ser automatizadas ou digitalizadas (para reduzir retrabalho ou uso de papel)? ( ) Sim ( ) Não – Se sim, quais?

18. Há necessidade de novos sistemas ou ferramentas digitais no IFFar? ( ) Sim ( ) Não – Se sim, quais?

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

19. Você já teve algum problema relacionado à segurança digital ou dados pessoais no IFFar? ( ) Sim ( ) Não – Se sim, descreva:

20. Você considera que precisa de mais orientações ou capacitação sobre segurança digital? ( ) Sim ( ) Não

EXPECTATIVAS

21. Cite até 3 necessidades prioritárias de TI, considerando impacto institucional:

22. Comentários adicionais:

ANEXO III – Matriz de Rastreabilidade Orçamentária entre Necessidades, Soluções de TIC, Metas, Contratações e Investimentos Previstos

Necessidade	Solução de TIC	Meta	Contratação/Aquisição	Valor Estimado
05, 07, 15, 33	Modernização da infraestrutura de armazenamento corporativo	Meta 01	Aquisição de solução de storage e backup	R$ 2.500.000,00
01, 07, 08, 13, 15, 17	Modernização da infraestrutura de servidores	Meta 02	Aquisição de servidores para datacenter	R$ 400.000,00
01, 05, 07, 08, 13, 15, 28, 33	Retrofit do datacenter institucional	Meta 03	Projeto executivo, climatização, energia, telecomunicações e segurança física	R$ 945.000,00
37, 46	Solução institucional de monitoramento CFTV	Meta 04	Aquisição e implantação de solução CFTV	R$ 750.000,00
15, 26	Renovação do parque computacional	Meta 05	Aquisição de estações de trabalho	R$ 8.480.000,00
14, 21, 22, 30, 39	Capacitação técnica dos servidores de TIC	Meta 06	Cursos, treinamentos e ações de capacitação	R$ 30.000,00
14, 21, 22, 30, 39	Capacitação nas competências prioritárias do Forti	Meta 07	Cursos e trilhas de aprendizagem	R$ 30.000,00
14, 21, 22, 30, 39	Capacitação gerencial e liderança	Meta 08	Capacitações para gestores de TIC	R$ 20.000,00
14, 21, 22, 30, 39	Certificações profissionais e segurança	Meta 09	Certificações reconhecidas para servidores de TIC	R$ 80.000,00
08, 35, 46	Modernização da infraestrutura de firewall e segurança	Meta 11	Firewall, licenças, SIEM e segurança de rede	R$ 820.000,00
25, 26, 31, 32	Arquitetura institucional wireless	Meta 18	Aquisição e implantação de solução wireless corporativa	R$ 800.000,00
07, 32	Redundância e alta disponibilidade da conectividade	Meta 19	Contratação de solução de redundância de conectividade	R$ 277.000,00

Necessidade	Solução de TIC	Meta	Contratação/Aquisição	Valor Estimado
34	Modernização da infraestrutura de fibra óptica	Meta 20	Aquisição de materiais e serviços especializados	R$ 350.000,00
49, 53	Atendimento automatizado com IA	Meta 22	Contratação de solução integrada ao catálogo de serviços	R$ 50.000,00
9, 10, 12, 18, 23, 42, 53, 72	Transformação Digital e IA	Meta 23	Soluções de automação, interoperabilidade e inteligência artificial	R$ 200.000,00
07, 15, 36, 38, 45, 48, 50, 59	Renovações de contratos vigentes	Meta 28	Renovação dos contratos de TIC da Reitoria e dos campi do IFFar	R$ 11.373.262,82
07, 15, 48, 58	Novas contratações	Meta 29	Contratação de soluções estratégicas, suporte de firewall, telefonia, monitoramento, sistema Stela Experta e IA institucional	R$ 2.760.838,96
51	Ambiente computacional para inovação tecnológica	Meta 31	Implantação de infraestrutura para hospedagem de projetos de TIC, pesquisa aplicada e inovação	R$ 250.000,00
			TOTAL GERAL	**R$ 30.116.101,78**

ANEXO IV – Ata da Reunião do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação que aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2026-2029

(Processo nº 23873.003402/2026-30)

No dia 26 de junho de 2026, às 10h, reuniu-se, de forma virtual, por meio da plataforma Conferências Web - RNP, o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) do Instituto Federal Farroupilha, com a finalidade de apreciar a seguinte pauta:

- Aprovação Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2026-2029.

A reunião foi iniciada com uma fala introdutória do Pró Reitor de Desenvolvimento Institucional, Carlos Lehn, que agradeceu a presença e a disponibilidade dos participantes, ressaltando a importância da elaboração e aprovação do PDTIC. Na sequência, o Diretor de Tecnologia da Informação, Juliano Rossato da Silva, reforçou os agradecimentos, destacando o trabalho e a contribuição de Norton para a construção do documento.

Em seguida, Juliano apresentou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2026-2029, destacando que o documento foi elaborado em conformidade com as normativas vigentes.

Durante as discussões, foram registrados os seguintes apontamentos:

● A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRDI) destacou a importância de contemplar ações relacionadas à capacitação.

● Em relação à Meta 28, foi sugerida a revisão dos valores orçamentários constantes do Anexo III, de modo a verificar se os montantes apresentados refletem a realidade de execução de cada campus.

● Gláucio observou que a Meta 33 encontrava-se duplicada. Após verificação, constatou-se que a duplicidade já havia sido corrigida.

● Rafael questionou se o valor de um dos contratos apresentados havia sido multiplicado incorretamente. Carlos reforçou a necessidade de revisar os valores constantes no documento, considerando o prazo disponível antes da publicação da versão final, solicitando atenção especial ao item 6.3.

● Anderson sugeriu a inclusão de uma meta específica relacionada aos serviços em nuvem. Juliano esclareceu que, neste momento, as limitações orçamentárias demandam priorização, mas informou que a proposta poderá ser incorporada em futuras revisões do PDTIC.

● Carlos destacou a necessidade de complementar o levantamento do quantitativo de equipamentos de hardware, uma vez que algumas unidades ainda não haviam encaminhado as informações. Solicitou que os campi pendentes realizem o envio dos dados para aprimorar o quadro consolidado que será apresentado ao CODIR.

● Rodrigo comentou que alguns valores previstos no documento estavam elevados em comparação com a execução orçamentária dos últimos anos, sugerindo sua revisão para adequação à realidade institucional. Carlos complementou que essa revisão deverá considerar os valores efetivamente previstos nos contratos vigentes.

Encerradas as discussões, foi iniciado o processo de votação para Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - IFFarroupilha, sendo o documento aprovado por unanimidade, com 26 votos favoráveis.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10h40min. E, para constar, eu, Juliano Rossato da Silva, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação presentes na reunião.

Lista de Presença

Carlos Rodrigo Lehn	PRDI
Juliano Rossato da Silva	DTI
Karina Wiechork	CSI
Gláucio Ricardo Vivian	CTI - FW
Pedro Henrique Bastos	CTI - PB
Rafael Ancinelo Adolpho	CTI - SVS
Giovani Jahn	CTI - SA
Luciele Alves Fagundes	DPDI - JA
Diego Fernandes Dias Severo	DPDI - AL
Andrew Ferreira	CTI - SAN
Patric Lincoln Ramires Izolan	CTI - AL
Renan Gabbi	DPDI - PB
Crislaine Espindola	CTI - UG
Maíra Giovenardi	DPDI-FW
Janice Pinheiro Boeira	DPDI SA
Róger Herpich	CTI-IFFar Santa Rosa
Rodrigo Thomas	DPDI SAN
Pablo Brauner Viegas	CPDI - Uruguaiana
Edson Uilham de Castro Araújo	DTI
Samuel Müller Forrati	CTI-SAN
Mara Rubia Machado Couto	DPDI JC
Anderson Rios	CTISB
Thirssa Helena Grando	PRPPGI
Eleandro Soares Rodrigues	DPDI/SVS
Getulio Jorge Stefanello Júnior	ROEX/Reitoria
Renata Rotta	DPDI - Campus Santa Rosa

ANEXO V – Parecer CODIR/IFFAR nº 15/2026 – Aprovação do PDTIC 2026–2029

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
COLEGIADO DE DIRIGENTES

PARECER CODIR/IFFAR Nº 15 / 2026 - CODIR (11.01.01.44.16.01)
Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santa Maria-RS, 03 de Julho de 2026.

Título: Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2026-2029
Documento: Processo Eletrônico nº 23873.003402/2026-30
Proponente: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRDI
Registro de aprovação: 5ª Reunião Ordinária de 2026 do Codir, realizada em 1º de julho de 2026

I - Ementa:
Apreciação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2026-2029 do IFFar.

II - Relatório:
Em 22 de junho de 2026, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRDI enviou o Ofício nº 18/2026 - PRDI com pauta a ser apreciada pelo Colégio de Dirigentes - Codir. O Processo Eletrônico N.º 23873.003402/2026-30, contudo, foi encaminhado em 26 de junho, conforme informado no Ofício Circular N.º 6/2026 - Codir, de 25 de junho, que formalizou o encaminhamento da pauta para apreciação na 5ª Reunião Ordinária de 1º de julho de 2026.

Constam no processo os seguintes documentos:
- Portaria Eletrônica nº 1695/2025 - GRE que reconstitui o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI do IFFar;
- Portaria Eletrônica nº 2008/2025 - GRE que constitui a Comissão para a Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI 2026-2029 do IFFar;
- Atas de reuniões da equipe de elaboração do PDTI;
- Cópia de necessidade de Tecnologia da Informação - TI;
- Cópia de Plano de Metas e Ações para TI;
- Ata de reunião do CGTI, de 26 de junho de 2026, que aprovou a minuta do Plano; e
- Minuta do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2026-2029.

Na ocasião da reunião, o Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, Carlos Lehn, fez uma introdução a respeito da formação do GT e condução da elaboração do PDTIC. Na sequência, o

Diretor de Tecnologia da Informação, Juliano Rossato, reforçou aspectos abordados no processo supracitado, dos quais destacam-se:
- Atualização da nomenclatura do documento (PDTIC);
- Expansão do prazo de vigência;
- Atualização do documento em relação à legislação vigente;
- Explicações sobre os processos de preparação, diagnóstico e planejamento do documento;
- Apresentação de levantamento de gestão de pessoas em Tecnologia da Informação e Comunicação
- TIC no IFFar;
- Apresentação de plano orçamentário, atualizado após reunião com o Comitê Assessor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - Cadip e o CGTI, e metas chave correspondentes a quatro anos;
- Apontamento de fatores críticos de sucesso e gestão de riscos; e
- Explicação sobre processo de revisão e acompanhamento do PDTIC.

III - Análise:
A Presidente do Codir, Nídia Heringer, informou que, após apreciação do Codir, o PDTIC deve ser encaminhado ao Conselho Superior - Consup do IFFar. Desse modo, considerando as discussões e definições prévias em conjunto com o Cadip, conforme relatado pelo Diretor de TI, Nídia solicitou que a PRDI formalize, por meio de Ofício, um detalhamento, ao Consup, acerca das questões orçamentárias previstas no PDTIC, como o expressivo orçamento de capital, visto que, nos últimos quatro anos, não foi incluído na Lei Orçamentária Anual - LOA (o orçamento para capital tem sido obtido por meio de Emendas Parlamentares de Bancada, nos últimos anos).

Na sequência, a Presidente consultou os dirigentes sobre a minuta do PDTIC enviada por meio do Processo Eletrônico nº 23873.003402/2026-30.

As Diretoras-Gerais Marcia Fink - SA e Analice Marchezan - SR fizeram apontamentos diretamente no documento, o qual foi compartilhado com a Diretoria de TI e a PRDI através do Google Drive. Entre as principais recomendações estão:
- Correção de matrícula Siape na Portaria Eletrônica nº 2008/2025 - GRE;
- Verificação de representação do Campus PB na Portaria Eletrônica nº 1695/2025 - GRE;
- Verificação de ausência da Ata nº 8 referente à reunião realizada pela equipe de elaboração do Plano;
- Esclarecimento sobre critério para não atendimento de 31 necessidades de TI; e
- Inclusão de Núcleos como o Núcleo de Gestão e Educação Ambiental - Nugea.

Posteriormente, a matéria foi colocada em votação.

IV - Conclusão:
Diante do exposto, considerando o que consta no Processo Eletrônico nº 23873.003402/2026-30, a apresentação realizada pelo Diretor de TI e as considerações dos membros do Codir na 5ª Reunião Ordinária, em 1º de julho de 2026, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC 2026-2029 foi aprovado por unanimidade.

Na sequência, após alterações a serem realizadas, conforme apontamentos feitos no documento compartilhado, a matéria deve ser encaminhada ao Consup para os demais ritos processuais.

(Assinado digitalmente em 08/07/2026 23:49)

NIDIA HERINGER

REITOR(A) - TITULAR

Processo Associado: 23873.003402/2026-30

Para verificar a autenticidade deste documento entre em **https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **15**, ano: **2026**, tipo: **PARECER CODIR/IFFAR**, data de emissão: **03/07/2026** e o código de verificação: **231d16605d**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 28/10/2026

CÓPIA DE DOCUMENTOS Nº 3470/2026 - CONSUP (11.01.01.44.16.02)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 29/10/2026 11:27)
NIDIA HERINGER
REITOR(A) - TITULAR

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sig.iffarroupilha.edu.br/documentos/ informando seu número: **3470**, ano: **2026**, tipo: **CÓPIA DE DOCUMENTOS**, data de emissão: **28/10/2026** e o código de verificação: **b44574eb32**